



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ATA Nº. 2/2018

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM DEZASSETE DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO:-----

-----Aos dezassete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito, pelas quinze horas, nesta Vila de Mortágua e no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu o Executivo deste Órgão, conforme o disposto no artigo 40º. da Lei número 75/2013, de doze de setembro, em reunião ordinária sob a presidência do Engº. José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, eleito pelo PPD/PSD e com a presença dos Senhores Vereadores:-----

-----Eleitos pelo PPD/PSD: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira e Drª. Emília Maria Almeida Santos Neves Matos.-----

-----Eleitos pelo PS: Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques e Senhor Nelson António Rodrigues Filipe.-----

-----A reunião foi secretariada pela Coordenadora Técnica do Núcleo de Administração Geral, Rosa Maria Ferreira Breda.-----

-----Depois de declarada pelo Senhor Presidente aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

I.-PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

-----O Senhor Presidente informou que:-----

-----A Câmara vai disponibilizar os terrenos dos baldios do domínio privado do Município para instalação do parque de madeira dos incêndios;-----

-----O Senhor Ministro do Ambiente deslocou-se às instalações no Borralhal da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão para se inteirar dos estragos provocados pelo incêndio ocorrido em 15 de outubro, prevendo-se iniciar brevemente a respetiva reconstrução das infraestruturas danificadas, estando a decorrer em bom ritmo o respetivo processo para a sua comparticipação.-----

-----Irá haver financiamento no POESUR para os Sistemas do Saneamento, devendo para o



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

efeito os Municípios constituírem-se em empresa intermunicipal.-----

-----Realizou-se uma reunião com a Concessionária Águas do Planalto para tratamento do processo de redução das tarifas do abastecimento de água.-----

-----O processo de reabilitação do IP3 foi um dos assuntos tratados no Conselho da Região.-----

-----De seguida a Câmara aprovou por unanimidade o seguinte Voto de Pesar:-----

-----**Voto de Pesar:**-----

-----*Tendo presente os acontecimentos do passado sábado à noite, na Associação Cultural, Recreativa e Humanitária de Vila Nova da Rainha, no concelho de Tondela, um sentido voto de pesar pelos falecimentos ocorridos naquela fatídica noite.*-----

-----*Que o Município manifeste a sua solidariedade e apoio perante a Câmara Municipal de Tondela, os Órgãos Dirigentes da Associação Cultural, Recreativa e Humanitária de Vila Nova da Rainha e muito especialmente perante as famílias das vítimas.*-----

-----Os Vereadores do PS apresentaram a seguinte proposta:-----

-----**Proposta - Associações Concelho de Mortágua:**-----

-----*“Tendo presente os acontecimentos do passado sábado à noite, na Associação Cultural, Recreativa e Humanitária de Vila Nova da Rainha, no concelho de Tondela, e a realidade existente no nosso concelho ao nível da segurança nas sedes/equipamentos das Associações do nosso concelho, que seja constituído um grupo de trabalho que integre um representante da Proteção Civil Municipal, um Responsável Técnico do Município pelo licenciamento das Obras Particulares, um técnico Projetista/Orçamentista e outros que se revelem importantes para a execução de um levantamento exaustivo das condições de segurança dos referidos equipamentos.*-----

-----*Que seja elaborado um relatório do referido levantamento para apreciação e discussão neste órgão, identificando claramente os problemas existentes, propostas para a resolução dos mesmos, respetivas soluções técnicas e orçamentos.*-----

-----*Mais propõe que seja elaborado um relatório do referido levantamento para apreciação e discussão neste órgão, identificando claramente os problemas existentes, propostas para a*



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

resolução dos mesmos, respetivas soluções técnicas e orçamentos.-----

-----Não se pretende que com esta proposta seja imposto as associações do nosso concelho a realização obrigatória de obras nas sedes das associações, pretende-se sim que a Câmara Municipal de Mortágua implemente um programa piloto que vise assegurar verdadeiras condições de segurança aos associados e utilizadores das instalações e a melhoria das condições de segurança em todas as Associações do Concelho, proporcionando às mesmas meios técnicos e financeiros para a resolução dos problemas existentes, através da disponibilização de projetos e de apoios financeiros que permitam a persecução daqueles objetivos".-----

-----O Senhor Presidente informou que tomou a iniciativa de agendar para o próximo dia 23 do corrente mês, pelas 20,00 horas, uma reunião com as Associações existentes no Concelho de Mortágua para tratamento do assunto, e convidou os membros do Executivo a estarem presentes na mesma.-----

II.-PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

1.-APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:-----

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião ordinária anterior, realizada a 3/01/2018, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.-----

-----Conforme dispõe o n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participou na votação a Vereadora, Dr.ª. Emília Maria dos Santos Neves, eleita pelo PPD/PSD, uma vez que não esteve presente naquela reunião.-----

2.-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:-----

-----O Senhor Presidente, em cumprimento ao disposto no art.º 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deu conhecimento das decisões tomadas no uso das competências que lhe foram delegadas e das subdelegadas no Vereador.-----

3.-RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Resumo Diário da Tesouraria



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

número 10, referente ao dia 16 do corrente mês de janeiro, que depois de rubricado se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na tesouraria em pasta própria. -----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.-EXPEDIENTE:-----

4.1.-ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foram presentes vinte e quatro (24) oficiais, referência 1 a 24, datados 9 de janeiro corrente, da Assembleia Municipal de Mortágua, dando conhecimento que na sua sessão ordinária, realizada no pretérito dia 29 de dezembro, tomou as seguintes deliberações:-----

-----Aprovou por maioria, com nove (9) votos a favor dos membros do PPD/PSD e treze (13) abstenções dos membros do PS, o Orçamento Municipal para o ano de 2018, bem como o anexo referente às taxas municipais.-----

-----Aprovou por maioria, com nove (9) votos a favor dos membros do PPD/PSD e treze (13) abstenções dos membros do PS, as Opções do Plano para o ano de 2018.-----

-----Aprovou por unanimidade o Mapa de Pessoal para o ano de 2018.-----

-----Aprovou por unanimidade o Abono de Despesas de Representação dos Dirigentes Municipais, de acordo com o disposto no artigo 24º. da Lei número 49/2012, de 29 de agosto.-

-----Aprovou por unanimidade a Autorização Prévia Genérica à Assunção de Compromissos Plurianuais – Lei dos Compromissos.-----

-----Aprovou por unanimidade o Aumento Excecional de Fundos Disponíveis – Lei número 8/2012, de 21 de Fevereiro/Saldo da Gerência Anterior.-----

-----Aprovou por unanimidade a autorização para a execução por administração direta de obras e reparações de valor superior a cento e quarenta e nove mil seiscientos e trinta e nove euros e trinta e sete cêntimos (149.639,37 €), nº.2 do artigo 18º. do Decreto – Lei número 197/99, de 8 de junho.-----

-----Aprovou por unanimidade a transferência de verbas para as Freguesias (alínea j) do nº. 1 do artigo 25º., Anexo I, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro).-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

- Aprovou por unanimidade a Alteração da Repartição de Encargos de Compromisso Plurianual da Prestação de Serviços de Elaboração da Revisão do PDM - Lugar do Plano – Gestão do Território e Cultura, Ld^a.-----
- Aprovou por unanimidade a Alteração da Repartição de Encargos de Compromisso Plurianual da Prestação de Serviços de Elaboração do Relatório Avaliação Ambiental Estratégica - Lugar do Plano – Gestão do Território e Cultura, Ld^a.-----
- Aprovou por unanimidade a Alteração da Repartição de Encargos de Compromisso Plurianual da Prestação de Serviços de Elaboração e Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico - Lugar do Plano – Gestão do Território e Cultura, Ld^a.-----
- Aprovou por unanimidade a Autorização do Compromisso Plurianual decorrente da Prorrogação de Protocolo celebrado com União Cultural e Recreativa Barrilense para apoio a obras de melhoramentos do edifício sede.-----
- Aprovou por unanimidade a proposta de Regime Excecional de Controlo Prévio – Reconstrução de Habitações Afetadas pelo incêndio de 15 de outubro.-----
- Aprovou por unanimidade ratificar a deliberação da Reunião de Câmara de 20/12/2017 de Gratuidade do Fornecimento de Refeições no Ensino Pré-Escolar e no 1º. Ciclo do Ensino Básico Públicos.-----
- Elegeu por maioria, com dezassete (17) votos a favor e cinco (5) votos em brancos o Presidente da Junta de Freguesia da Marmeleira José Manuel Lopes Midões, para representação das Freguesias no Conselho Municipal de Educação.-----
- Designou, por escrutínio secreto, com vinte e um (21) votos a favor, ou seja por unanimidade, o membro Daniel José Cruz Conde de Matos, do PS e o membro Romão Afonso Pereira, do PPD/PSD, para integrar o Conselho Municipal da Juventude de Mortágua (alínea b), nº.1 e nº.2 do artigo 4º. do Regulamento do CMJM).-----
- Aprovou por unanimidade retirar da ordem de trabalhos a Designação de quatro (4) cidadãos para Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Mortágua (alínea l) do artigo 17º. da Lei número 147/99, de 1 de Setembro, na sua atual redação).-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Elegeu por maioria, com dezassete (17) votos a favor e três (3) votos em brancos, o Presidente da Junta de Freguesia de Espinho, José António Santos Silva, para a composição da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.-----

-----Designou, por escrutínio secreto, por maioria, com treze (13) votos a favor, quatro (4) votos em banco e três (3) votos contra, os seguintes quatro (4) Presidente de Junta de Freguesia para a constituição do Conselho Municipal de Segurança: Presidente da Junta de Freguesia de Espinho, José António Santos e Silva; Presidente da Junta de Freguesia da Marmeleira, José Manuel Lopes Midões; Presidente da União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, Vitor Manuel Rosa Pina; Presidente da Junta de Freguesia de Trezoi, Ernesto Gomes Pereira.-----

-----Designou, por escrutínio secreto, por maioria, com treze (13) votos a favor, seis (6) votos em branco e um (1) voto contra, os seguintes dez cidadãos de reconhecida idoneidade, para a constituição do Conselho Municipal de Segurança: Gualter Ângelo Mendes; Óscar Miguel Seabra Gomes, Célia Monteiro Santos Abreu Conceição; Jorge Alexandre Ferreira Santos; Jorge Paulo Simões Gomes; José Luís Remédio Saraiva; Laurindo Vieira Marques; Teresa Margarida Borges Gaudêncio; Ana Mafalda Pardal Marques Vicente; Ilda Maria Duarte de Matos.-----

-----Elegeu por maioria, com quinze (15) votos a favor, quatro (4) votos em branco e um (1) voto contra, o Presidente da Junta de Freguesia de Cercosa, Filipe António da Cruz Ferreira, para a constituição do Conselho Cinegético Municipal.-----

-----Aprovou por unanimidade a concessão a Gonçalo Rafael Mortágua Simões da isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de novecentos e vinte e nove euros e catorze cêntimos (929,14 €) e da TMU de mil e vinte e oito euros e cinquenta e nove cêntimos (1.028,59 €), do Processo número 01/2017/55 - Construção Nova - Moradia e Muro de Vedação, sita na Rua da Curva do Pereiro, no Moitinho, Freguesia de Pala.-----

-----Aprovou por unanimidade a concessão à Socitop, Unipessoal, Lda. da isenção de pagamento de taxa de oitocentos e sete euros (807,00 €), referente ao licenciamento do



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Processo número 01/2017/84, de construção de Nova e Demolição – Indústria, sita no Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remigio, Cortegaça e Almaça.-----

-----Aprovou por unanimidade fixar o valor do Seguro de Acidentes Pessoais dos Membros da Assembleia Municipal (artigo 17º. da Lei número 29/87, de 30 de Junho).-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

5.-EDUCAÇÃO E JUVENTUDE:-----

5.1.-ESTABELECIMENTOS DE ENSINO – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MORTÁGUA:-----

5.1.1.-Apoio ao Funcionamento do Ensino Pré-Escolar e 1º. Ciclo do Ensino Básico:-----

-----No prosseguimento da política que a Autarquia tem desenvolvido de apoio às despesas de funcionamento do 1º. Ciclo do Ensino Básico (13) e Ensino Pré-Escolar (6 turmas), públicos, o Senhor Presidente propôs a comparticipação financeira, no corrente ano letivo, no montante de cinco mil euros (5.000,00€), a transferir para o Agrupamento de Escolas do Concelho de Mortágua.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa, estando inscrita nas Opções do Plano de 2018, no objetivo 01 EDUCAÇÃO E JUVENTUDE, programa 002 Estabelecimentos do Ensino – AEM, o projeto 2018/5001 – Apoio Funcionamento do Pré-Escolar e 1º. Ciclo, e no orçamento na rubrica 04050108 – Outros (transferências correntes).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

5.1.2.- Apoio a Atividades Extra-Curriculares EB 2,3 e Secundário:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência número 9, datado de 8 de janeiro corrente, do Agrupamento de Escolas de Mortágua a solicitar a atribuição de um subsídio global para apoiar a consecução das atividades que constam do seu Plano anual de atividades, tendo em conta, muito particularmente, as despesas inerentes a Visitas de Estudo e Desporto.



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Escolar, não perdendo de vista que, preferencialmente, se deverão apoiar os alunos com maiores dificuldades económicas.-----

-----Assim, o Senhor Presidente no prosseguimento da política de apoio à educação propôs a atribuição do subsídio de cinco mil euros (5.000,00 €) ao Agrupamento de Escolas para apoio financeiro à execução do seu Plano de Atividades Extra-Curriculares, devendo o referido montante ser utilizado em atividades relevantes e por forma a promover sempre a igualdade de oportunidades aos alunos que nelas participam.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa, estando inscrita nas Opções do Plano de 2018, no objetivo 01 EDUCAÇÃO E JUVENTUDE, programa 002 Estabelecimentos do Ensino – AEM, o projeto 2018/5002 EB 2,3 e Secundário, e no orçamento na rubrica 04050108 – Outros (transferências correntes).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

5.1.3.-Associação de Estudantes da Escola Secundária de Mortágua – Apoio a viagem de fim de curso:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente uma carta datada de 22 de novembro de 2017, da Comissão de Finalistas da Escola Secundária Dr. João Lopes de Morais, solicitando a atribuição de um subsídio para apoio à sua viagem de fim de curso.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio de mil euros (1.000,00 €) através da Associação de Estudantes da Escola Secundária de Mortágua, para compartilhar as despesas dos alunos mais carenciados, no sentido de proporcionar igualdade de oportunidade.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 04050108 estando inscrito nas Opções do Plano com o projeto 2018/5002.-----

-----Considerando que o valor do subsídio não é superior a mil euros (1.000,00 €) não está obrigado às formalidades do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Terceiras, conforme dispõe o seu artigo 2º.-----

5.2.-SERVIÇOS APOIO FAMÍLIA E AÇÃO SOCIAL ESCOLAR:-----

5.2.1.-Ação Social Escolar 1º. Ciclo Material Escolar:-----

5.2.1.1.-Indeferimento do processo nº. 184/2017:-----

-----No seguimento da notificação efetuada a Cristina da Conceição Ferreira dos Santos através do ofício referência número 3761, de 15/12/2017, da decisão aprovada na Reunião de Câmara de 06/12/2017, relativamente ao projeto de indeferimento do processo nº. 184/2017 de comparticipação das fichas de atividades dos manuais escolares para o 1º. CEB, por não cumprir o prazo para apresentação do pedido de atribuição conforme deliberação tomada na Reunião de Câmara de 23/08/2017 e publicitado através do Edital nº. 21/2017, o Senhor Presidente informou que terminou o prazo do período de audiência prévia para requerente se pronunciar nos termos do Código do Procedimento Administrativo, não tendo dado entrada nos serviços qualquer resposta à referida notificação. -----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade converter o projeto de decisão de indeferimento tomado na reunião de Câmara de 6/12/2017, em decisão definitiva do presente processo nos termos e com os fundamentos ali indicados, devendo proceder-se à respetiva notificação ao requerente.-----

5.2.1.2.-Indeferimento do processo nº. 185/2017:-----

-----No seguimento da notificação efetuada a Catarina Alexandra Gomes Rodrigues através do ofício referência número 3767, de 15/12/2017 da decisão aprovada na Reunião de Câmara de 06/12/2017, relativamente ao projeto de indeferimento do processo número 185/2017 de comparticipação das fichas de atividades manuais escolares para o 1º. CEB, por não cumprir o prazo para apresentação do pedido de atribuição conforme deliberação tomada na Reunião de Câmara de 23/08/2017 e publicitado através do Edital nº. 21/2017, o Senhor Presidente informou que terminou o prazo do período de audiência prévia para requerente se pronunciar nos termos do Código do Procedimento Administrativo, não tendo dado entrada nos serviços qualquer resposta à referida notificação.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade converter o projeto de decisão de indeferimento tomado na reunião de Câmara de 06/12/2017, em decisão definitiva do presente processo nos termos e com os fundamentos ali indicados, devendo proceder-se à respetiva notificação do requerente e respetivo arquivamento do processo.-----

5.3.-JUVENTUDE:-----

5.3.1.-Apoio Natalidade e Famílias:-----

5.3.1.1.-Ratificação dos Processos nº.s 53,55 e 56/2017:-----

-----Para efeitos de conhecimento e ratificação pelo Senhor Presidente foram presentes os processos de candidatura número 53, 55 e 56 de 2017 para atribuição do Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua que entraram nos serviços e que deferiu nos termos do nº.1 do artigo 6º. do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua.-----

-----A Câmara por unanimidade ratificou a decisão tomada pelo Senhor Presidente.-----

5.3.1.2.-Indeferimento do Processo nº. 38/2017:-----

-----No seguimento da notificação efetuada a Dione Palmira Duarte de Oliveira através do ofício DAGF, de 13/11/2017, à decisão definitiva de indeferimento tomado na Reunião de Câmara de 3/11/2017 sobre o processo número 38/2017 de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família, por não cumprir a alínea h), do artigo 4º. – Apresentação do Pedido de Atribuição do Incentivo –, do Regulamento, ou seja, não ter apresentado o cartão de cidadão da criança, verificou-se que terminou o prazo do período de audiência prévia para a requerente se pronunciar nos termos do Código do Procedimento Administrativo, não tendo dado entrada nos serviços qualquer resposta à referida notificação.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade proceder ao arquivamento do processo.-----

5.3.1.-Da Escola, Agarra a Vida – Síntese de Atividades Desenvolvidas no 1º. Período letivo:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Relatório das Atividades



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

desenvolvidas no 1º. Período do corrente ano letivo no âmbito do Plano de Ação do Projeto da “Escola, Agarra a Vida”, de que se destaca o Programa de “Orientação Escolar e Profissional do 8º. e 9º.ano e as ações “Visitas de conhecimento da oferta formativa” e “Sombra de um Profissional”.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

6.-CULTURA DESPORTO E TEMPOS LIVRES:-----

6.1.-ASSOCIATIVISMO – ATIVIDADES CULTURAIS, DESPORTIVAS E RECREATIVAS:-----

6.1.1.-Mortágua Futebol Clube – Apoio atividade Futebol ano de 2018:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta, datada de 9/01/2018, do Mortágua Futebol Clube a solicitar o apoio para o desenvolvimento das suas atividades desportivas referente à restante época de 2017/2018, nomeadamente para fazer face às despesas inerentes à participação no campeonato nacional de seniores, no campeonato Portugal Prio da sua equipe sénior e no campeonato distrital das suas equipas de Juniores, Juvenis, Sub 11, Sub 10 e Escolinhas, considerando que o Protocolo anteriormente celebrado previa um financiamento das atividades até ao final do ano transato e a época desportiva prolonga-se até Maio de 2018.-

-----O Senhor Presidente, no prosseguimento da política definida pela Autarquia para o apoio ao desenvolvimento desportivo, e tendo em consideração o papel relevante desempenhado por esta Associação Local, nomeadamente na formação e ocupação de um grande número de diversos escalões etários e considerando ainda de que esta Coletividade enveredou pelo amadorismo, e que o pedido se enquadra na alínea c), do nº.1, do artigo 3º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, propôs a atribuição de subsídio mensal de dez mil euros (10.000,00 €) de Janeiro a Maio inclusive, mediante a celebração de Protocolo.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, e nas Opções do Plano no Projeto 2018/5040 – Atividades Culturais Desportivas e Recreativas.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Depois de apreciado o assunto, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

-----Nos termos do nº.4 do artigo 31º. do Código do Procedimento Administrativo, o Vereador Senhor Nelson António Rodrigues Filipe, ausentou-se da reunião durante a discussão e votação do presente ponto, considerando o impedimento de poder intervir uma vez que faz parte dos Órgãos Sociais da Instituição.-----

6.1.2.-Sporting Clube de Vale de Acores – Apoio atividade Futebol ano de 2018:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta datada de 27 de dezembro último, do Sporting Clube de Vale de Acores a solicitar o apoio para o desenvolvimento das suas atividades desportivas referente à restante época de 2017/2018, nomeadamente para fazer face às despesas inerentes à participação no campeonato distrital das suas três equipas das camadas jovens uma sénior e uma de veteranos, num total de cento e vinte (120) atletas, e considerando que o Protocolo anteriormente celebrado previa um financiamento das atividades até ao final do ano transato prolongando-se no entanto o campeonato até Maio de 2018.-----

-----O Senhor Presidente, no prosseguimento da política definida pela Autarquia para o apoio ao desenvolvimento desportivo, e tendo em consideração o papel relevante desempenhado por esta Associação Local, nomeadamente na formação e ocupação de um grande número de diversos escalões etários e considerando ainda de que esta Coletividade enveredou pelo amadorismo, e que pedido se enquadra na alínea c), do nº.1, do artº. 3º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, propôs a atribuição de subsídio mensal de quatro mil euros (4.000,00 €) de Janeiro a Maio inclusive, mediante celebração de Protocolo.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, e nas Opções do Plano no Projeto 2018/5040 – Atividades Culturais Desportivas e Recreativas.--

-----Depois de apreciado o assunto, a Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Nos termos do nº.4 do artigo 31º. do Código do Procedimento Administrativo, o Vereador Ricardo Sérgio Pardal Marques, ausentou-se da reunião durante a discussão e votação do presente ponto, considerando o impedimento de poder intervir uma vez que faz parte dos Órgãos Sociais da Instituição.-----

7.-ACÇÃO SOCIAL:-----

7.1.-REDE SOCIAL:-----

7.1.1.-Município Presente - Processo de Candidatura nº. 1/2018:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo número 1/2018 de candidatura ao apoio social previsto no Regulamento Município Presente apresentada nos termos da alínea b), do nº. 1, do artigo 2º. do referido Regulamento para apoio económico a habitação permanente própria, pagamento de substituição de recuperador de calor com adaptação de um sistema de distribuição de ar quente pela área social e habitável. -----

-----A candidatura foi, nos termos do artigo 9º. do Regulamento, analisada pela técnica do serviço social do município que elaborou o respetivo Relatório Social constante no processo.-

-----O Relatório Social presente na Reunião de Câmara conclui que se trata de agregado familiar em situação de carência económica, e que se justifica a concessão de um apoio, propondo que seja disponibilizado ao próprio um apoio económico de caráter pontual no montante de dois mil quinhentos e setenta e três euros e quinze cêntimos (2.573,15 €) ou dois mil cento e três euros e vinte e nove cêntimos (2.103,29 €), a diferença deve-se ao facto de se verificar no decorrer dos trabalhos a necessidade de substituição da conduta da chaminé em alvenaria para o exterior para garantir o bom funcionamento do sistema.-----

-----Assim, nos termos do artigo 10º. do Regulamento Município Presente o Senhor Presidente propôs que a Câmara delibere conceder o apoio no montante de dois mil quinhentos e setenta e três euros e quinze cêntimos (2.573,15 €) ou dois mil cento e três euros e vinte e nove cêntimos (2.103,29 €), caso se verifique a necessidade de no decorrer dos trabalhos substituir a conduta da chaminé, a contratualizar e a pagar ao beneficiário conforme o previsto no artigo 11º. do citado Regulamento.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa, que se encontra inscrita nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 03 AÇÃO SOCIAL, Programa 002, Projeto 2018/5048 – Município Presente, e no Orçamento Municipal na rubrica 06020305.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

8.-DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:-----

8.1.-DESENVOLVIMENTO DO TURISMO:-----

8.1.1.-Associação de Caça e Pesca de Mortágua – Montarias de Mortágua:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta datada de 29 de dezembro último, da Associação de Caça e Pesca de Mortágua a dar conhecimento da realização no dia 21 de janeiro das Montaria ao Javali de Mortágua 2018, e solicitando o apoio financeiro do Município para minimizar as despesas inerentes.-----

-----Assim, e atendendo à importância que representam eventos desta natureza para o Concelho e Região o Senhor Presidente propôs que o Município apoiasse a Montaria com atribuição de um subsídio de mil euros (1.000,00 €).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

-----Nos termos do nº.4 do artigo 31º. do Código do Procedimento Administrativo, o Vereador Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques, ausentou-se da reunião durante a discussão e votação do presente ponto, considerando o impedimento de poder intervir uma vez que faz parte dos Órgãos Sociais da Instituição.-----

-----Considerando que o valor do subsídio não é superior a mil euros (1.000,00 €) não está obrigado às formalidades do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, conforme dispõe o nº.2, do artigo 4º.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, e



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no projeto 2018/5078, ação 03 – Apoio Iniciativas de Outras Instituições.-----

9.- COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES:-----

9.1.-INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A.– Acordo Rotunda do Barril – EN 234:-----

-----Pelo Senhor Presidente foram presentes três (3) minutas de Acordos de Gestão da Rotunda a construir na EN 234 ao Km 54+740, - “Rotunda do Barril”, e a celebrar com a Infraestruturas de Portugal, S.A., a seguir enunciadas, e para todos efeitos legais se dão aqui por integralmente reproduzidas, ficando apenas à presente ata:-----

-----Acordão de Gestão –Rotunda do Barril – Construção:-----

-----De acordo com as cláusulas 1ª. e 2ª. tem por objeto a execução da Rotunda na EN 234, ao km 54+740 – “Rotunda do Barril” (cujas coordenadas, no sistema ETRS89, são – 6905, 81232) de acordo com o respetivo projeto de execução elaborado pelo Município e aprovado pela Infraestruturas de Portugal.-----

-----Nos termos da cláusula 6ª. o Município assume-se como dono da obra , competindo-lhe lança-la, geri-la, executá-la e fiscalizá-la desde o procedimento pré-contratual até ao seu encerramento administrativo, cabendo-lhe ainda, a responsabilidade pela execução material, financeira e contabilística da obra.-----

-----Acordão de Gestão –Rotunda do Barril – iluminação pública:-----

-----Tem por objeto a instalação, conservação e manutenção das infraestruturas e dos equipamentos de iluminação pública localizados na rotunda a construir na EN 234, ao Km 54+740 “Rotunda do Barril” (interseção com a EN 228 ao km 74/933) de acordo com o respetivo projeto de execução elaborado pelo Município e aprovado pela Infraestruturas de Portugal.-----

-----O Município responsabiliza-se pela aquisição de todos os equipamentos materiais previstos no projeto de iluminação pública e assume-se como dono da obra relativamente à instalação da infraestrutura e equipamentos.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Acórdão de Gestão –Rotunda do Barril – Paisagismo:-----

-----Tem por objeto a integração paisagística do espaço correspondente à ilha central da Rotunda a construir localizada na EN 234, ao Km 54+740 “Rotunda do Barril” (interseção com a EN 228 ao km 74/933), de acordo com o respetivo projeto de execução elaborado pelo Município e aprovado pela Infraestruturas de Portugal.-----

-----O Município responsabiliza-se pela aquisição de todos os direitos, serviços, materiais, espécies vegetais, infraestruturas, máquinas, equipamentos, mobiliário urbano, elementos de apoio, elementos decorativos etc..., e assume-se como dono da obra, relativamente à execução, construção, conservação, manutenção e requalificação dos trabalhos de integração paisagística.

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar as minutas de Acordos, que se dão aqui por integralmente reproduzidos, ficando para todos os efeitos legais anexos à presente ata, e mandar o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, a assinar o sobredito acordo, em harmonia ao preceituado na alínea f), do n.º 2, do artigo 35.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pelo Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----Mais deliberou por unanimidade dar conhecimento das presentes Minutas de Acordos à Assembleia Municipal.-----

10.-ADMINISTRAÇÃO:-----

10.1.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2018:

-----Considerando a necessidade de reforçar e reajustar diversas rubricas do orçamento Municipal do corrente ano, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do Decreto - Lei número 54-A/99, de 22 de fevereiro, conjugado com a alínea d), do número 1 do artigo 33º. da Lei número 75/2013, de doze de setembro, a proposta de modificação por alteração ao orçamento que apresentava os seguintes valores:-----

-----Reforço despesas de capital – cento e vinte e dois mil euros (122.000,00€),-----

-----Anulação despesas de capital – zero euros (0,0 €);-----

-----Reforço despesas correntes – quarenta e dois mil e quinhentos euros (42.500,00 €);-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Anulação despesas correntes – cento e sessenta e quatro mil e quinhentos euros (164.500,00 €).-----

-----Depois de apreciada a alteração ao Orçamento Municipal a Câmara deliberou, por unanimidade, aprová-la ficando a mesma arquivada no maço de documentos da presente reunião.-----

10.2.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO ÀS OPÇÕES DO PLANO DE 2018:-----

-----Considerando a necessidade de dotar diversos projetos das Opções do Plano do corrente ano de verbas necessárias à satisfação de compromissos assumidos decorrentes da evolução normal dos empreendimentos em curso, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do ponto 8.3.2.3 do Decreto – Lei número 54-A/99, de 22 de fevereiro, conjugado com a alínea d) do número do 1 do artigo 33º. da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, a proposta de alteração às Opções do Plano do corrente ano que apresentava os seguintes valores:-----

-----Reforço de Financiamento definido – 161.500,00 €;-----

-----Modificação de Financiamento não definido – sessenta e sete mil e quinhentos euros (67.500,00 €);-----

-----Depois de apreciada a alteração às Opções do Plano, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la ficando a mesma arquivada no maço de documentos da presente reunião.-----

10.3.-SNC-AP – ADIAMENTO DA ENTRADA EM VIGOR – SUBSETOR DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o e:mail, datado de 28/12/2017, da Direção- Geral das Autarquias Locais através do qual remete a circular do Gabinete de Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais relativa à prorrogação do prazo de entrada em vigor, 1 de janeiro de 2019, do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações, para o subsector da administração local.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

10.4.-DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA DA CÂMARA NO PRESIDENTE DA CÂMARA – ALÍNEA I) DO N.º.1 DO ARTIGO 33.º. DA LEI N.º. 75/2013:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“A Lei número 75/2013, de 12 de setembro veio introduzir um novo regime normativo de enquadramento da delegação de competências, através de acordos de execução, possibilitando que os órgãos dos municípios deleguem nos órgãos das freguesias as competências elencadas no artigo 132.º. do Anexo I da referida lei .-----

-----Por outro lado, o artigo 133.º. do Anexo à mesma Lei estabelece que tais acordo devem ser celebrados no prazo de cento e oitenta (180) após a instalação das câmaras municipais e das juntas de freguesia, sendo que no entanto, esse prazo deve ser considerado como meramente indicativo.-----

-----Sendo assim, a alínea I) do n.º.1 do artigo 33.º. do Anexo I à Lei n.º.75/2013, de 12 de setembro, atribui à Câmara Municipal a competência de, designadamente, discutir e preparar com as Juntas de freguesias acordos de execução, a quem cabe, deste modo, a obrigação de iniciar o processo negocial que levará, ou não, à assinatura de tais acordos.-----

-----No âmbito da negociação o n.º. 2 do artigo 133.º. e o n.º. 2 do artigo 135.º. do mesmo diploma pretende assegurar a demonstração dos requisitos previstos nas alíneas do n.º.3 do artigo 115.º., ou seja, que haja o cuidado de se demonstrar que o exercício das competências das Câmaras pelas Juntas de Freguesia, previstas no artigo sob a epígrafe “Delegação legal”, que se consubstanciam na alocação de recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes para o seu exercício, obedeçam a critérios de não aumento da despesa, de aumento de eficiência da gestão dos recursos e de ganhos de eficácia. Devem ainda visar a aproximação das decisões aos cidadãos, que promovam a coesão territorial, que reforcem a solidariedade inter-geracional, que melhorem a qualidade dos serviços prestados às populações, que promovam a racionalização dos recursos disponíveis e que haja articulação entre os diversos níveis da administração pública.-----

-----Ora assim sendo, e por forma a desenvolver com maior celeridade o processo de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

negociação que antecede a celebração de acordos de execução acima referido, uma vez que a Câmara Municipal reúne ordinariamente duas vezes por mês, ao abrigo das disposições combinadas previstas sobre a matéria, respetivamente no artigo 34.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no artigo 35.º e artigo n.º 37.º do Código do Procedimento Administrativo, proponho que a Câmara delibere delegar no Presidente da Câmara a delegação de competência prevista na alínea l), do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I citada Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, “Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de Freguesia contratos de delegação de competências e acordos de execução, nos termos previstos na presente lei”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade delegar no Presidente da Câmara a delegação de competência prevista na alínea l), do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I citada Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, “Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de Freguesia contratos de delegação de competências e acordos de execução, nos termos previstos na presente lei”.-----

10.5.-MODIFICAÇÃO DO REGULAMENTO DE INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DE MORTÁGUA (Prorrogação do prazo de vigência):-----

-----Considerando que é política do atual executivo dar continuidade à medida de Incentivo à Natalidade e Apoio à família no Concelho de Mortágua.-----

-----Considerando que o Regulamento existente de “Incentivo à Natalidade e Apoio à família no Concelho de Mortágua” determinava no n.º 1, do artigo 2.º – Aplicação e Beneficiários “que tinha vigência entre 1 de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2017.-----

-----Considerando que se constatou durante a sua aplicabilidade que o mesmo não necessita de qualquer alteração para além da prorrogação do seu período de vigência.-----

-----O Senhor Presidente propôs que a Câmara aprove submeter à Assembleia Municipal a proposta de prorrogação do período de vigência do Regulamento de “Incentivo à Natalidade e Apoio à família no Concelho de Mortágua”, por meio da alteração, seguinte, ao n.º.1, do artigo



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

2º.: “O presente regulamento aplica-se às crianças nascidas ou adotadas entre 1 de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2021”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar submeter à Assembleia Municipal a proposta de prorrogação do período de vigência do Regulamento de “Incentivo à Natalidade e Apoio à família no Concelho de Mortágua” através da alteração ao n.º 1, do artigo 2º. daquele Regulamento.-----

10.6.-CONTRATO DE ARRENDAMENTO COM ISABEL MARIA MONTEIRO DANTAS, PARA INSTALAÇÃO DO CENTRO DE INTERPRETATIVO MORTÁGUA NA BATALHA DO BUÇACO/INVASÕES FRANCESAS:-----

-----Considerando que contrato de arrendamento do rés do chão prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Mortágua sob o n.º 3324 e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 1523, que teve origem no artigo 970 da Freguesia de Mortágua, atrás melhor identificado, celebrado entre e o Município de Mortágua e legítimos e únicos herdeiros da cabeça de casal da herança de Alexandre Manuel HOOD Gouveia Abreu (Isabel Maria Monteiro Dantas, Filipe Hood Gouveia Dantas Abreu e Fernando Hood Dantas Abreu), para instalação do Centro Interpretativo “Mortágua na Batalha do Bussaco” (Invasões Francesas), mediante a contrapartida de uma renda mensal de trezentos e cinquenta euros (€350,00), com início a 1/07/2017 até ao final do ano de 2017, prevê na Cláusula 4º. a sua renovação. -----

-----O Senhor Presidente propôs que a Câmara Municipal :-----

-----a) Aprove a renovação, de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018, do Contrato de arrendamento do rés do chão prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Mortágua sob o n.º 3324 e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 1523, que teve origem no artigo 970 da Freguesia de Mortágua, atrás melhor identificado, celebrado entre e o Município de Mortágua e legítimos e únicos herdeiros da cabeça de casal da herança de Alexandre Manuel HOOD Gouveia Abreu, ou seja Isabel Maria Monteiro Dantas, Filipe Hood Gouveia Dantas Abreu e Fernando Hood Dantas Abreu, no qual se encontra instalado o



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Centro Interpretativo “Mortágua na Batalha do Bussaco”;

-----b) Em consonância autorizar a despesa mensal de trezentos e cinquenta euros (€ 350,00) a título de pagamento da renda.

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.

10.7.-HASTA PÚBLICA PARA VENDA DO IMÓVEL DA ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA DE VALE DE PAREDES – Adjudicação definitiva:

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a Ata da Hasta Pública, realizada em 5/01/2018, para a alienação do imóvel do antigo edifício da Escola Primária de Vale de Paredes, pertencentes ao domínio privado do Município, e cujas áreas, e respetivos preços base da venda a seguir se discriminam:

-----Antiga Escola Primária de Vale de Paredes, em Rua da Escola, Vale de Paredes, Freguesia do Sobral, com a área total de terreno de 1.056,00 m², área coberta de 150,00 m² e descoberta 906,00 m², inscrita na matriz sob o artigo urbano 891 e descrita na Conservatória do Registo Predial com o número 6015.

-----O citado imóvel foi arrematado provisoriamente nos termos do n.º.1 do artigo 11.º. do Regulamento da Hasta Pública, pelo valor de trinta e dois mil setecentos e cinquenta euros (32.750,00 €), a Sónia Margarida Ferreira Rosa, residente Rua Quinta do Paço de Rei, 103 –A, Hab 33, 4430 – 183, Vila Nova de Gaia, contribuinte n.º. 210891670, Cartão de Cidadão 101093810zy2, valido até 26/02/2019.

Conforme o auto de arrematação, em cumprimento do disposto no n.º.1 do artigo 12.º. do aludido regulamento, o adjudicatário entregou na Tesouraria desta Câmara Municipal a quantia correspondente a vinte e cinco por cento (25%) do valor da adjudicação a título de sinal e principio de pagamento.

-----A Câmara, depois de apreciado, deliberou por unanimidade, nos termos n.º.3 do artigo 11.º. do Regulamento da Hasta Pública acima referido, aprovar a adjudicação definitiva dos imóveis supra identificados, devendo de acordo com o artigo 14.º. do mesmo Regulamento, a escritura



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

de compra e venda do terreno realizar-se no prazo de trinta (30) dias contados da data da notificação da adjudicação.-----

10.8.-EDP SERVIÇO UNIVERSAL – TARIFAS BTN EM 2018 – TARIFAS VCF – 2018 – BTN:-----

-----Foi presente o e:mail, datado de 2/01/2018, da EDP Serviço Universal, SA. através do qual informa que as tarifas a aplicar pela EDP Serviço Universal na Baixa Tensão Normal BTN em 2018 são as publicadas pela ERSE no passado dia 15 de dezembro, e que anexam.-----

-----Correspondem a uma descida de zero vírgula dois por cento (0,2%), em média, relativamente às tarifas BTN aplicadas em 2017, e entram em vigor no dia 1 de janeiro.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

10.9.-COMEMORAÇÃO DO QUINQUAGÉSIMO ANIVERSÁRIO DO NÚCLEO REGIONAL DO CENTRO DA LIGA PORTUGUESA CONTRA O CANCRO:-----

-----Foi presente o ofício referência UV/VD, sem data e recebido a 27/12/2017, do Núcleo Regional do Centro da Liga Portuguesa Contra o Cancro, informando que durante o ano de 2018 irá promover, um conjunto de iniciativas no âmbito da comemoração do quinquagésimo aniversário da sua constituição. Sob o mote “ No Centro da Luta Contra o Cancro” e com uma abrangência territorial que compreenderá todos os concelho da Região Centro, estas iniciativas visam, por um lado, valorizar o percurso histórico daquela Instituição na luta contra o cancro e, por outro, reforçar as dinâmicas de intervenção social, nos domínios do apoio ao doente e família, da educação para a saúde e do apoio à formação e investigação em oncologia.-----

-----Assim, com o objetivo de promover uma iniciativa de forte impacto social na sensibilização da população para a adoção de estilos de vida saudáveis, como forma de promoção da saúde e prevenção do cancro, o Núcleo Regional do Centro da Liga Portuguesa Contra o Cancro irá organizar a Caminhada “ O que nos LIGa – 50 anos” que decorrerá, no dia 27 de maio de 2018, em simultâneo, nos setenta e oito (78) concelhos de ação do Núcleo Regional do Centro da Liga Portuguesa Contra o Cancro.-----

-----Prevê-se que as caminhadas tenham início pela nove (9) horas, com um percurso de cinco



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

(5) a dez (10) km, estimando-se uma participação de trinta e cinco mil (35.000) pessoas, em todos os concelhos.-----

-----Neste âmbito, pretende a integração o Concelho de Mortágua, pelo que solicita autorização para a realização da caminhada e toda a colaboração possível da Câmara Municipal como parceira desta iniciativa, nos seguintes aspetos:-----

----- Apoio logístico;-----

----- Articulação com as autoridades policiais competentes para a segurança pública;-----

-----Disponibilização do logotipo da Câmara Municipal (formato vetorial) para contar nos cartazes de divulgação da caminhada;-----

-----Apoio na divulgação da iniciativa, informação em publicações da Câmara Municipal, Web-site (portal), mailing-list e outros meios de comunicação;-----

-----Isenção de taxas que possam estar associadas ao licenciamento para a realização da caminhada, tendo em consideração o estatuto de utilidade pública da Instituição e os seus fins sociais e de beneficência a que se destina a iniciativa.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aderir como parceira à iniciativa.-----

10.10.-PROJETO SOLIDÁRIO AOS MUNICÍPIOS COM ÁREA ARDIDA – CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS:-----

-----Foi presente o ofício referência SAI – CMO/2017/25746, de 29/12/2017, da Câmara Municipal de Oeiras, através do qual comunica:-----

-----“O ano de 2017 ficará para sempre marcado na memória coletiva dos portugueses. Os fogos florestais que marcaram o nosso ano, as vidas que estes colheram e a destruição que trouxeram não podem nunca cair no esquecimento. Como Sua Excelência o Presidente da República afirmou, “ as pessoas não podem nunca esquecer, e não esquecer é estar presente”.

Se, perante a tragédia dos incêndios do ano que termina, os portugueses revelaram continuar a constituir um Povo de “generosidade ilimitada”, que soube unir-se com humildade perante o sofrimento dos seus concidadãos, importa que as instituições saibam estar também à altura das



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

circunstancias.-----

-----É inegável que as recentes calamidades que afetaram os municípios da região interior do norte e centro também afetaram toda a coesão territorial, económica e social de todo o País e, consequentemente, do Município de Oeiras.-----

-----Neste sentido, e indo ao encontro do apelo de Sua Excelência o Presidente da República à solidariedade entre os Municípios do Litoral para com os municípios do interior do País e da necessidade de promoção de ações e projetos de cooperação descentralizada, bem como o apelo realizado por sua Excelência o Senhor Primeiro – Ministro no último Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, no dia 9 de dezembro, em Portimão o Município de Oeiras responde com a Proposta de Deliberação nº. 850/2017, relativa ao Projeto Solidário aos Municípios com Área Ardida, aprovada por unanimidade pelo seu Executivo.-----

-----O Município de Oeiras irá implementar um Projeto Solidário e inovador para com os Municípios que foram mais afetados pelos incêndios, orçado em 467, 400 euros para aquisição dos ortofotomapas e criação de uma plataforma informática para os 30 municípios identificados: Lousã, Mortágua, Gavião, Valgos, Tondela, Freixo de Espada a Cinta, Penacova, Nelas, oleiros, Santa Comba Dão, Carregal do Sal, Castelo de Paiva, Vila de Rei, Mangualde, Tábua, Sertã, Vila Nova de Poiares, Seia, Gouveia, Gois, Castanheira de Pera, Marinha Grande, Vouzela, Mira, Arganil, Pampilhosa da Serra, Figueiró dos Vinhos, Mação, Oliveira dos Hospital, Pedrogão Grande.-----

-----Oeiras tem liderado, desde há cerca de trinta (30) anos, a utilização de ferramentas tecnológicas dos sistemas de informação geográfica par o ordenamento do território e seu planeamento estratégico, e sendo nosso Município acionista maioritário da empresa Município, EIM, instituição de reconhecida capacidade na área em apreço, que medida de solidariedade institucional entre municípios seria mais efetiva senão esta mesma, a de oferecer os instrumentos essenciais de gestão do ordenamento do território, e seu planeamento, aos municípios portugueses mais afetados pelos incêndios do ano que agora termina.-----

-----Trata-se pois, de uma medida efetiva para prevenção e combate aos incêndios, a avançar-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

no início de 2018, e corresponde a uma área total ardida de mais de duzentos e noventa (290) mil hectares.-----

-----Estamos confiantes que esta ajuda irá contribuir para um melhor conhecimento do terreno, e consequentemente numa ajuda preciosa na preservação de vidas e território, com especial incidência na ocorrência de calamidades.-----

-----É com este apoio que afirmamos que também nós não nos esquecemos, estamos presente.”

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade agradecer a iniciativa ao Município de Oeiras.-----

10.11.-FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE FUTEBOL – Ajuda Solidária reconstrução de habitação destruída pelo incendio de 15 de outubro de 2017:-----

-----Foi presente o e-mail da Federação Portuguesa de Futebol, de 5/01/2018, através do qual informa que confirma que a campanha de angariação de fundo , “TudoPorPortugal”, irá apoio a reconstrução da habitação da família do Sr. Raul de Almeida Borges, que foi destruída pelo incêndios de 15 de outubro de 2017, considerando esta não reúne condições de enquadramento nos apoios do estado .-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

11.-LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES:-----

11.1.-ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS - REQUERIMENTO N.º. 18/2018, REFERENTE AO PROCESSO N.º. 01/2017/98, CONSTRUÇÃO NOVA – HABITAÇÃO (ALÍNEA e) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 29.º. DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS):-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento registado com o n.º. 18/2018, de Bruno Neves Pais e outra, residente em Rua Principal, n.º.16, Vale de Ovelha, 3450 – 387 Trezoi, a requerer, nos termos da alínea e) do n.º 3 do art.º 29.º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a isenção de TMU no valor de oitocentos e trinta e oito euros e quarenta e seis cêntimos (838,46€), do processo nº 01/2017/98, construção nova habitação, sita na Estrada Nacional 234 , Vale de Ovelha, Freguesia de Espinho.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Conforme o previsto na alínea e) do número 1 do artigo 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a Câmara Municipal pode conceder a isenção de pagamento de taxas *“Os jovens casais cuja soma de idades não exceda os 70 anos, os individualmente, com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos e em ambos os casos, se destinem a habitação própria e permanente”*.-----

----- A informação dos serviços constante no processo refere que:-----

-----*“o pedido cumpre o determinado no artº. 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, nomeadamente na sua al. e) nº. 1 ou seja:*-----

-----*Trata-se de um casal cuja soma de idades não excede os 70 anos – v .fls 385 e 386;*-----

-----*Declararam que o edifício se destina a sua habitação própria e perante – v. fls 387;*-----

-----*Relativamente a esta “Declaração”, chamo a atenção superior, que o destino/utilização do edifício licenciado e constante do Procº. de Obras é Alojamento Local;*-----

-----*Para melhor apreciação superior chamo atenção para o que determina o al. e) do artº. 29º. do RMUE”*..-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto deliberou por unanimidade remeter o processo ao assessor jurídico para análise e emissão de parecer.-----

11.2.-ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS - REQUERIMENTO Nº. 01/2017/757, REFERENTE AO PROCESSO Nº. 01/2017/144, CONSTRUÇÃO NOVA –MORADIA , MUROS DE VEDAÇÃO E SUPORTE (ALÍNEA e) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 29º. DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS):

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento de registado com o nº. 01/2017/757, de Rui Miguel Martins Duarte, residente em Rua do Lagar, nº.32, Vila Moinhos, 3450 – 345 Mortágua, a requerer, nos termos da alínea e) do n.º 3 do art.º 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de mil seiscientos e vinte euros e trinta e dois cêntimos (1.620,32 €) e da TMU no valor quatrocentos e sessenta e dois euros e setenta e sete cêntimos (462,77 €), do processo nº 01/2017/144- Construção Nova - Habitação/Muros de suporte e vedação,



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

sita em Travessa da Rua da Azenha, Vila Meã, Freguesia do Sobral.-----

-----Conforme o previsto na alínea e) do número 1 do artigo 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a Câmara Municipal pode conceder a isenção de pagamento de taxas *“Os jovens casais cuja soma de idades não exceda os 70 anos, os individualmente, com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos e em ambos os casos, se destinem a habitação própria e permanente”*.-----

----- A informação dos serviços constante no processo considera que a petição reúne condições para ser apreciada em reunião de Câmara.-----

-----Porém de acordo com a Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, a competência para a concessão de tais isenções ou reduções é da Assembleia Municipal, quando propostas pela Câmara Municipal, conforme o preceituado no n.º 2 do art.º 16º. daquele diploma.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade propor à Assembleia Municipal a concessão a Rui Miguel Martins Duarte, residente em Rua do Lagar, nº.32, Vila Moinhos, 3450 – 345 Mortágua, da isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de mil seiscentos e vinte euros e trinta e dois cêntimos (1.620,32 €) e da TMU no valor quatrocentos e sessenta e dois euros e setenta e sete cêntimos (462,77 €), do processo nº 01/2017/144- Construção Nova - Habitação/Muros de suporte e vedação, sita em Travessa da Rua da Azenha, Vila Meã, Freguesia do Sobral.-----

11.3.-DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DA LICENÇA DO PROCESSO DE OBRAS Nº. 01/2016/141, DE CONSTRUÇÃO DE ANEXO, NA RUA PRINCIPAL, 54 – SANTA CRISTINA – ESPINHO:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº. 01/2016/141, em nome Maria Celeste Mano, residente em Rua Principal nº. 54, referente a construção de anexo, sito na Principal, nº. 54, em Santa Cristina, Freguesia de Pala, com vista à declaração de caducidade daquele processo de operação urbanística.-----

Analísado o processo, constata-se que:-----

----- 1.- Foi emitido alvará de obras de construção n.º 52/2016 cujo prazo de validade teve



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

início a 11/10/ 2016 e termo a 11/04/2017.-----

-----2.- De acordo com o Parecer Técnico do Chefe da DPAT, de 27/04/2017, foi executada somente a cave e parte do R/chão, não tendo assim sido concluídas obras, no prazo fixado na licença, ou suas prorrogações, contado a partir da data de emissão do alvará.-----

-----3.- Em 02/06/2017 foi emitido Despacho pela Vereadora com competência delegada que determina que: “ Tendo em consideração o Parecer Técnico emitido a 27/04/2017 de fls 134 a obra ainda se encontra por concluir, tendo o prazo de execução da obra previsto no respetivo alvará de licença de construção nº. 52/2016, terminada a 10/04/2017.-----

-----Pelo exposto e de acordo com o preceituado no nº.5 do artigo 71º. do Regime Jurídico das Urbanizações e Edificações e dos artigos 121º. e 122º. do Código do Procedimento Administrativo, notifique-se a Requerente para no prazo de dez (10) dias exercer o seu direito de audiência, expondo *por escrito, o que tiver por conveniente, sob pena de ser declarada a caducidade da licença de obras.*-----

-----*Não obstante, esclareça-se, a Requerente, que no prazo para o exercício do direito de audiência prévia, pode requerer a prorrogação do prazo da licença nos termos dos nº.s 5 e 6 do artigo 58º. do RJUE.. ”*-----

-----4.- Em 09/06/2017 foi o requerente notificado pelo ofício nº. DAGF/AG –1308, do teor do referido despacho, no qual lhe foi concedido o prazo de 10 dias, para nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 121º. e 122º. do Código do Procedimento Administrativo - Audiência Prévia- , vir dizer, por escrito o que se lhe oferecesse relativamente ao teor do mesmo.-----

-----Em 20/06/2017 veio a requerente informar que relativamente à conclusão da obra não foi possível conclui-la devido à falta de meios financeiros e que não prevê qualquer data para a sua conclusão”.-----

-----5.- Em 15/12/2017 o Senhor Presidente emitiu despacho com o seguinte teor:” *Atendendo a que a resposta dada pela requerente, em sede de direito de audição, não obsta à caducidade, remeta-se o processo para reunião de Câmara a fim de se deliberar declarar-a*-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

caducidade da licença administrativa nos termos do n.º 5 do artigo 71.º do RJUE.”-----

-----Assim, atendendo que:-----

-----1.-A licença ou autorização para a realização das operações urbanísticas relativas à edificação caduca «se as obras não forem concluídas no prazo fixado na licença ou na autorização ou suas prorrogações, contado a partir da data da emissão do alvará», conforme previsto no artigo 71.º, n.º 3, alínea d) do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação. -----

-----2.-A caducidade referida no citado artigo não tem, contudo, carácter automático. Na verdade, conforme ressalta do n.º 5 do citado artigo «A caducidade prevista na alínea d) do n.º 3 é declarada pela câmara municipal, com audiência prévia do interessado».-----

-----3.-O caso em apreço, reflete uma circunstância objetiva de ultrapassagem de prazo, a caducidade já se encontrará constituída, sendo que a declaração de caducidade por parte da Câmara Municipal terá uma eficácia meramente declarativa, até porque, se encontra acometida ao Município uma obrigação legal de pronúncia administrativa no sentido de declarar a caducidade do licenciamento.-----

-----O Senhor Presidente propôs que a Câmara Municipal aprecie e delibere: -----

-----1.- Notificar o Requerente que é intenção do Executivo declarar a caducidade do processo n.º 01/2016/141 que deu origem à emissão do alvará de obras de construção n.º 52/2016 , cujo término ocorreu a 10/04/2017, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.-----

-----2.- Conceder ao Requerente o prazo de 10 dias úteis, para dizer o que se lhe oferecer sobre o assunto, a fim de ser tomada a decisão final, conforme o disposto no artigo 71.º, n.º 5 do RJUE em conjugação com o estatuído nos artigos 121º e 122º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a intenção de declarar a caducidade do processo n.º 01/2016/141, que deu origem à emissão do alvará de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

obras de construção n.º nº.52/2016, e conceder ao Requerente o prazo de 10 dias úteis, para se pronunciar nos termos do disposto no artigo 71.º, n.º 5 nos termos dos artigos 121º e 122º do Código de Procedimento.-----

11.5. -EDIFICAÇÕES EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO:-----

11.5.1.-Procº. 08/2017/01:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo número 08/2017/01, referente ao prédio em mau estado de conservação, sita na Rua Principal, Vale de Borregão, Marmeleira, propriedade de Júlio de Sousa Dias da Silva, com residência em Bairro do Ingote, FFH Bloco 16 RC, Eiras, 3020 -208 Coimbra, acompanhado da informação dos serviços administrativos que informa no seguimento da deliberação tomada na reunião de Câmara de 23/08/2017 o seguinte: -----

-----“Decorrido o prazo de 30 dias para o proprietário apresentar o projeto de reconstrução e ampliação do edificado com uma intenção de utilização para “Alojamento Local” conforme descrito em reunião com o Chefe da DPAT a 14 de julho de 2017, comunicados em notificação efetuada através de ofício referência DAGF 3289, de 27 de setembro de 2017, e não tendo o mesmo cumprido o solicitado, coloco o assunto à consideração”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade remeter o processo ao Chefe de Divisão de Planeamento e Administração do Território para análise e parecer.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:-----

-----Não se registou a presença de qualquer Município.-----

-----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião pelas dezoito horas e quinze minutos.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim
Rosa Maria Ferreira Beola Secretário do Órgão
e pelo Senhor Presidente.-----

ACORDO DE GESTÃO

O Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional, aprovado pela Lei n.º 34/2015, de 27 de abril, estabelece a possibilidade da administração rodoviária se relacionar com municípios e outras entidades públicas, em matéria melhoria da segurança rodoviária.

O Município de Mortágua desenvolveu o projeto de execução e disponibilizou-se para implementar a construção de uma rotunda na EN234, ao km 54+740 – “Rotunda do Barril” (interseção com a EN228 ao km74+933).

Considera-se que esta opção é vantajosa para ambas as partes, constituindo uma mais-valia em termos de eficiência de utilização de recursos públicos.

Assim,

Nos termos das disposições conjugadas do n.º 2 e do n.º 3 do artigo 44.º do Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional, aprovado pela Lei n.º 34/2015, de 27 de abril, ao abrigo do qual foi obtido parecer prévio favorável do Instituto da Mobilidade e dos Transportes em 28 de Junho de 2017;

Acrescendo ainda as disposições do artigo 2.º, do artigo 23.º, n.º 2, alínea c), do artigo 33.º, n.º 1, alínea ee) e do artigo 35.º, n.º 1, alínea b) e n.º 2, alínea f) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

E, bem assim, dos artigos 1.º, n.º 3 e 13.º, n.º 1, alínea b) do Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio e dos artigos 7.º, n.º 1, alínea b), 12.º e 13.º dos Estatutos da Infraestruturas de Portugal, S.A., anexos ao diploma legal referido por último;

Tendo a minuta do presente acordo sido aprovada pelo Conselho de Administração da Infraestruturas de Portugal, em reunião de _____ 2017 e pela Câmara Municipal de Mortágua, em sessão de _____ de 2017;

É celebrado entre:

A **Infraestruturas de Portugal, S.A.**, com sede na Praça da Portagem, 2809-013 Almada, pessoa coletiva n.º 503 933 813, representada neste ato pelo Senhor Vice-Presidente do Conselho de Administração Executivo, Carlos Alberto João Fernandes, nos termos da deliberação do Conselho de Administração Executivo de 01 de Junho de 2017, daqui em diante designada por **IP**;

E

O **Município de Mortágua**, com sede na Rua Dr. João Lopes de Matos 3450-153 Mortágua, pessoa coletiva n.º 506 855 368, representado neste ato pelo Presidente da Câmara Municipal, José Júlio Henriques Norte, nos termos da deliberação da Câmara Municipal de Mortágua de ____ de _____ de 2017, doravante designado por **MM**.



O acordo de gestão que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.^a

Objeto

O presente acordo tem por objeto a construção de uma rotunda na EN234, ao km 54+740 – “Rotunda do Barril” (cuas coordenadas, no sistema ETRS89, são -6905, 81232), de acordo com o esboço corográfico que constitui o anexo I ao presente acordo, que dele faz parte integrante.

Cláusula 2.^a

Projeto

O **MM** elaborou o projeto de execução relativo aos trabalhos identificados na Cláusula 1.^a, que constitui o anexo II ao presente acordo, que dele faz parte integrante.

Cláusula 3.^a

Aprovação do Projeto

O projeto de execução foi aprovado pela **IP**.

Cláusula 4.^a

Alterações ao projeto

1. Qualquer alteração ao projeto, deverá ser objeto de parecer prévio da **IP**.
2. Para efeitos dos trabalhos a desenvolver pelo **MM**, a **IP** em regra, emite o seu parecer no prazo de 30 (trinta) dias, sendo que, a sua não emissão, não determinará a aprovação tácita das respetivas alterações ao projeto.

Cláusula 5.^a

Expropriações

São da inteira responsabilidade do **MM**, as expropriações que eventualmente se mostrem necessárias, para as quais deverão ser obtidos os pareceres, licenças, autorizações técnicas ou

de qualquer outra natureza, no integral respeito pelos procedimentos e normativo legal em vigor.

Cláusula 6.^a

Dono de obra

O **MM** assume-se como dono da obra relativamente às intervenções mencionadas na Cláusula 1.^a, competindo-lhe lançá-la, geri-la, executá-la e fiscalizá-la, desde o procedimento pré-contratual até ao seu encerramento administrativo, cabendo-lhe ainda, a responsabilidade pela execução material, financeira e contabilística da obra.

Cláusula 7.^a

Dever de comunicação

1. O **MM** obriga-se, no prazo de 15 (quinze) dias após a ocorrência de cada um dos trâmites do procedimento pré-contratual, a comunicar à **IP** o respetivo lançamento do concurso e data de adjudicação.
2. No mesmo prazo, indicará o empreiteiro designado, o preço contratual, prazo de execução, remetendo ainda à **IP**, 1 (um) exemplar da proposta adjudicada.
3. O **MM** obriga-se, ainda, a dar conhecimento do presente acordo ao empreiteiro, explicitando todas as obrigações constituídas a favor da **IP**, designadamente no que se refere à consignação, receção, garantias e transferência dominial.

Cláusula 8.^a

Início dos trabalhos

Caberá à **IP** autorizar o início dos trabalhos relativos à obra mencionada na Cláusula 1.^a, atentos os prazos legais previstos no Código dos Contratos Públicos, procedendo ainda ao acompanhamento dos trabalhos da empreitada.

Cláusula 9.^a

Consignação

Competirá ao **MM** articular com a **IP**, a data em que será efetuada a Consignação da Obra, cujo Auto será igualmente outorgado pelo representante do **MM**, pelo empreiteiro, e ainda, pelo representante da **IP**, com menção expressa, ao presente acordo, e ao enquadramento da obra definido no mesmo.


3

Cláusula 10.^a

Alteração ao plano de trabalhos

1. Qualquer alteração ao plano de trabalhos, deverá ser objeto de comunicação prévia à **IP**, com indicação das razões que a determinaram.
2. O **MM** notificará o representante da **IP**, de quaisquer alterações efetuadas ao plano de trabalhos.
3. A **IP** pronunciar-se-á no prazo de 15 (quinze) dias.

Cláusula 11.^a

Suspensão dos trabalhos

1. Sempre que se verifique a necessidade proceder à suspensão dos trabalhos da empreitada, nos termos previstos no art. 365.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, deverá a referida intenção ser comunicada previamente à **IP**, com a indicação clara dos fundamentos legais para a mesma, devendo a **IP** pronunciar-se no prazo 5 (cinco) dias.
2. O **MM** fica obrigado a remeter à **IP**, cópia do auto lavrado para o efeito, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da sua assinatura.
3. O **MM** deverá ainda comunicar à **IP** a data definida para o recomeço dos trabalhos.

Cláusula 12.^a

Controlo de qualidade em obra

No âmbito do controlo de qualidade dos materiais empregues em obra, a **IP** reserva-se no direito de efetuar ensaios em obra, por si, ou através de entidade por si designada, com vista ao cumprimento integral dos requisitos constantes do Caderno de Encargos.

Cláusula 13.^a

Controlo da execução da obra

1. Sendo a fiscalização da responsabilidade do **MM**, este compromete-se a efetuá-la com dedicação e empenho, assegurando a qualidade dos trabalhos executados nos termos previstos no projeto aprovado, e das eventuais alterações introduzidas ao mesmo, nos termos do presente acordo.

2. A **IP** procederá ao acompanhamento dos trabalhos através do seu representante, sendo da responsabilidade do **MM** fazer cumprir pelo empreiteiro, todas as orientações que o representante da **IP** lhe venha a transmitir, direta ou indiretamente, de acordo com o previsto no Caderno de Encargos, designadamente, no que respeita ao planeamento da obra, cumprimento do projeto de execução e da qualidade dos materiais nele contemplados.

Cláusula 14.^a

Serviços afetados e restabelecimentos

1. É obrigação do **MM**, garantir a manutenção em funcionamento, de todos os serviços afetados públicos ou privados, durante a realização da obra mencionada na Cláusula 1.^a, nos termos previstos nos acordos efetuados com as respetivas entidades.
2. Nos termos previstos no n.º 2 do artigo 30.º do Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional, os restabelecimentos das vias públicas integram o domínio público da entidade com jurisdição sobre a estrada restabelecida, no momento da abertura ao tráfego do restabelecimento.

Cláusula 15.^a

Caução

1. No que respeita às cauções prestadas pelo empreiteiro, a título de garantia de boa execução da obra, deverá ficar desde logo assegurado que a transferência de titularidade da obra decorrente do presente acordo, determinará igualmente a transferência dos direitos subjacentes à respetiva garantia, pelo que, do texto desta, deverá constar expressamente, que
 - a) Até à receção provisória da obra, o beneficiário da garantia prestada será o **MM**, e que,
 - b) Desde a receção provisória da obra, e até à sua receção definitiva, será a **IP** a beneficiária da garantia prestada.
2. Caso a caução seja prestada através de garantia bancária ou seguro-caução, a mesma é feita nos termos constantes dos anexos III ou III-A respetivamente, ao presente acordo, que dele fazem parte integrante.



Cláusula 16.^a

Agendamento de vistoria para efeitos de receção provisória

1. Compete ao **MM** o agendamento da vistoria para efeitos de receção provisória.
2. O **MM** notificará a **IP**, da data, hora e local onde se iniciará a mesma, com a antecedência mínima de 10 (dez) dias.

Cláusula 17.^a

Receção provisória

1. Com a conclusão dos trabalhos da empreitada, haverá lugar à vistoria legalmente prevista, para efeitos de receção provisória.
2. Deste ato será lavrado o respetivo Auto, devendo o mesmo ser outorgado pelos representantes do **MM**, do empreiteiro e da **IP**, presentes no ato de vistoria, sendo efetuada menção expressa, que a mesma decorre do enquadramento da obra definido no presente acordo de gestão.
3. Nos termos do presente acordo, fica o **MM** obrigado a aceitar o parecer vinculativo do representante da **IP**, sem o qual, o representante do **MM** não poderá outorgar o documento acima referido.
4. Com a receção provisória dos trabalhos, o **MM** entrega à **IP** um exemplar das telas finais da obra.

Cláusula 18.^a

Cessão da posição contratual

1. Com a receção provisória da obra, a **IP** assume a posição jurídica de dono-de-obra, até aí detida pelo **MM**, mediante cessão da posição contratual.
2. Com a referida cessão, o **MM** entrega à **IP**, os seguintes documentos:
 - a) O Programa de Concurso e respetivo Caderno de Encargos;
 - b) O contrato de empreitada e respetivos anexos e aditamentos;
 - c) Toda a documentação relevante, relativa à gestão da empreitada;
 - d) Os bens ou o título constitutivo da garantia;
 - e) Declaração de quitação emitida pelo empreiteiro.

3. A cessão da posição contratual é feita nos termos constantes do anexo IV ao presente acordo, que dele faz parte integrante.

Cláusula 19.^a

Transferência dominial

1. O **MM** obriga-se a informar o empreiteiro que o objeto da empreitada integrará o domínio público rodoviário nacional.
2. Os bens, móveis e imóveis, objeto da obra, que se destinem a fazer parte da rede rodoviária nacional, serão integrados no domínio público rodoviário nacional no momento em que se realizar a receção provisória da obra.
3. O **MM** obriga-se a entregar à **IP** a documentação e bem assim, a fornecer todas as informações necessárias ao cumprimento dos deveres que sobre esta recaem, relativamente ao registo predial do bem que passa a integrar o domínio público do Estado, bem como, ao fornecimento ao IMT, até 31 de março de cada ano, de todos os elementos necessários à atualização do cadastro do património rodoviário a que se referem os preceitos dos artigos 27.º n.º 2 e 29.º do Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional.
4. O **MM** prestará ainda à **IP** todo o apoio que se mostre necessário, para a concretização do referido no número anterior, designadamente, junto do empreiteiro, diligenciando no sentido de obter a colaboração deste em todo o processo.

Cláusula 20.^a

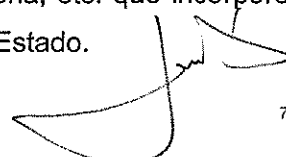
Receção definitiva

Na sequência do previsto na cláusula 18.^a, as obrigações associadas à receção definitiva correrão sob a exclusiva responsabilidade da **IP**.

Cláusula 21.^a

Bens que integram o domínio público

O **MM** não tem direito a qualquer quantia, a que título seja, em qualquer fase de execução do acordo ou depois dele terminar, por qualquer material, equipamento, infraestrutura, direito e/ou bem, suas aquisição, montagem, incorporação no solo, estudos, projetos ou obras relacionadas direta ou indiretamente, conservação ou manutenção, alteração ou melhoria, etc. que incorpore na estrada e que integre ou deva integrar o domínio público rodoviário do Estado.



Cláusula 22.^a

Financiamento Comunitário

1. O **MM** obriga-se a submeter a financiamento comunitário a intervenção objeto do presente acordo, pelo que, independentemente da respetiva fase de execução do acordo, deverá apresentar a respetiva candidatura, remetendo à **IP** cópia dos seguintes documentos:
 - a) Formulário de candidatura aprovado ministerialmente;
 - b) Decisão Favorável de Financiamento;
 - c) Contrato de Financiamento, bem como, eventuais adendas ao Contrato de Financiamento inicial.
2. A apresentação intempestiva, incompleta, ou defeituosa da candidatura equivale à sua não apresentação.

Cláusula 23.^a

Comparticipação financeira da IP

1. Nos termos do presente acordo, a **IP** participará financeiramente na execução da obra referida na Cláusula 1.^a até ao montante máximo de € _____ (_____ mil euros), com IVA autoliquidação, nos termos das disposições conjugadas do artigo 2.º n.º 1 alínea j) e artigo 36.º n.º 13 do Código do IVA.
2. Para efeitos do cumprimento da lei número 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº22/2015, e do disposto no Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 99/2015, de 2 de junho, os compromissos válidos e sequenciais são:
3. A participação financeira a cargo da **IP** nunca pode ultrapassar o montante correspondente à componente nacional do investimento, calculado nos termos do n.º 6 do presente artigo.
4. Os montantes que no Contrato de Financiamento sejam considerados não elegíveis, ou decorram da aplicação de uma correção financeira, não serão imputados à componente nacional do investimento, aquando do envio da fatura à **IP**.
5. Caso os pagamentos efetuados pela **IP** sejam superiores à componente nacional do investimento, aquando da aprovação da candidatura a financiamento comunitário, o **MM** obriga-se a devolver à **IP**, no prazo de 30 (trinta) dias contados da verificação deste facto, a diferença apurada entre o valor já pago e o correspondente à componente nacional do investimento.

6. Para efeitos do presente acordo, e caso seja aprovada a candidatura a financiamento comunitário, o valor da componente nacional do investimento a assegurar pela **IP** corresponderá ao valor que resultar da aplicação da percentagem fixada (taxa de financiamento) no contrato de financiamento ao montante referido no n.º 1 supra, ou ao valor da adjudicação, caso este seja inferior.
7. O não cumprimento do n.º 5 confere à **IP** o direito de cobrar juros de mora, à taxa legal em vigor, sobre o montante correspondente à diferença apurada entre o valor já pago pela **IP**, e o correspondente à componente nacional do investimento, até ao seu integral pagamento por parte do **MM**.

Cláusula 24.^a

Utilização da Comparticipação Financeira da IP

1. A comparticipação da **IP** destina-se aos trabalhos que sejam enquadráveis como obra rodoviária, excluindo quaisquer componentes de cariz urbano, nomeadamente as associadas à colocação de infraestruturas para passagem de serviços diversos, passeios, iluminação e qualquer elemento de carácter ornamental, designadamente mobiliário urbano, árvores ou plantas.
2. A contribuição da **IP** não poderá ser utilizada, nomeadamente, para pagamento dos estudos e projetos, expropriações, trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais, compensação por trabalhos a menos, reposição de equilíbrio financeiro, revisões de preços, adiantamentos ao empreiteiro, ressarcimento de danos causados a terceiros, nem para assegurar o pagamento de prémios a que os empreiteiros eventualmente tenham direito, de indemnizações e de juros, destacando-se os de mora por atrasos no pagamento de faturas apresentadas pelo adjudicatário, responsabilizando-se o **MM** pela satisfação de todos os encargos que eventualmente se venham a verificar, decorrentes das situações enumeradas.

Cláusula 25.^a

Condições de Pagamento

1. A contribuição da **IP**, será paga, no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção dos correspondentes autos de medição dos trabalhos executados, e das correspondentes faturas, mediante aprovação das mesmas pela **IP**.
2. Apenas são elegíveis para comparticipação financeira da **IP** as despesas documentadas em faturas que derem entrada nos serviços da **IP** até à data da receção provisória e no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados desde a data em que o empreiteiro faturou o **MM**.

3. A entrada de uma fatura nos serviços da **IP**, após o decurso do prazo referido no número anterior, faz caducar o direito ao recebimento da respetiva comparticipação financeira.

Cláusula 26.^a

Valor Final da Comparticipação Financeira da IP

1. O valor final relativo à contribuição da **IP** será apurado com a apresentação, pelo **MM**, da conta final da empreitada aceite, prevista no artigo 399.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, data na qual se procederá a todo e qualquer acerto.
2. No caso de ter havido financiamento comunitário, os acertos finais atendem ao Relatório Final da candidatura, aprovado pela Autoridade de Gestão.
3. O **MM** envia à **IP** o relatório final referido no número anterior, no prazo de 10 (dez) dias contados da sua receção pelo **MM**.

Cláusula 27.^a

Cancelamento da participação financeira

A **IP** reserva-se no direito de cancelar a sua participação financeira e exigir o reembolso dos montantes já pagos, nos seguintes casos:

- a) Se o **MM** não proceder às comunicações previstas na Cláusula 7.^a nos termos aí estabelecidos;
- b) Se se verificar incumprimento ou cumprimento defeituoso das obrigações assumidas pelo **MM**;
- c) Se o **MM** não apresentar candidatura a financiamento comunitário, ou se esta for apresentada intempestivamente, incompleta ou defeituosa;
- d) Se o **MM** alterar o projeto sem o acordo prévio da **IP**;
- e) Se o **MM** alterar o plano de trabalhos sem prévia comunicação à **IP**;
- f) Se o **MM** suspender e recomeçar os trabalhos sem prévia comunicação à **IP**;
- g) Se o lançamento da empreitada não ocorrer no período de 1 (um) ano, a contar do início da vigência do presente acordo;
- h) Se decorrerem mais de 2 (dois) anos desde o início da vigência do presente acordo, até à consignação da obra.
- i) Se a receção provisória não ocorrer até ao dia 31/12/2018.

Cláusula 28.^a**Tribunal de Contas**

O presente acordo não está sujeito a visto prévio do Tribunal de Contas, de acordo com a conjugação do estipulado no artigo 48.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, Lei n.º 98/97, de 26 de agosto (com a redação que lhe foi conferida, por último, pela Lei n.º 20/2015, de 9 de março) e do artigo 130º da Lei do Orçamento de Estado para 2017.

Cláusula 29.^a**Incumprimento**

1. O incumprimento das obrigações de qualquer das partes confere, à parte não faltosa, o direito de exigir o cumprimento ou reparação dos danos sofridos, em prazo razoável e adequado às circunstâncias e, se aquela o não fizer no prazo fixado, esta poderá rescindir o presente acordo, sem prejuízo do direito às indemnizações a que houver lugar, nos termos gerais do direito.
2. No caso de transmissão de qualquer facto que possa configurar cumprimento defeituoso ou incumprimento de obrigação, deverá o mesmo, ser comunicado por carta registada com aviso de receção, para os endereços postais presente acordo.
3. Em caso de resolução, a respetiva intenção deverá ser comunicada por carta registada com aviso de receção, para os endereços postais indicados no presente acordo.

Cláusula 30.^a**Ressarcimento**

1. O **MM** indemniza a **IP** por perdas, danos e lucros cessantes, resultantes da falta de execução ou execução defeituosa do presente acordo.
2. A indemnização referida no número anterior deverá ser paga no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da respetiva interpelação para o efeito.

Cláusula 31.^a**Correspondência**

A correspondência a dirigir entre as partes, no âmbito da execução do presente acordo, são efetuadas por carta registada com aviso de receção para os respetivos endereços:

- a. A correspondência que o **MM** remeter à **IP** deve ser efetuada para:



Infraestruturas de Portugal, S.A.
Direção de Gestão da Rede Rodoviária
Praça da Portagem
2809-013 Almada

- b. A faturação emitida pelo **MM** à **IP** deverá ser remetida para:
- Infraestruturas de Portugal, S.A.
Direção de Finanças, Mercados e Regulação
Praça da Portagem
2809-013 Almada
- c. A correspondência que a **IP** ou seus representantes dirigirem ao **MM** deve ser efetuada para:
- Câmara Municipal de Mortágua
Endereço postal: R. Dr. João Lopes de Moraes,
3450-153 Mortágua

Cláusula 32.^a

Acompanhamento

1. A **IP** acompanha a execução do presente acordo nos termos e para os efeitos do n.º 4 do artigo 44.º do EERRN.
2. A **IP** notifica o **MM** por meio de carta registada com aviso de receção, sempre que detete o incumprimento de alguma obrigação deste, que possa colocar em causa a segurança rodoviária ou a gestão do bem integrante do domínio público rodoviário, objeto do presente acordo.

Cláusula 33.^a

Danos

1. O **MM** participa às autoridades policiais todos os danos que detetar no troço de estrada, nomeadamente na zona da estrada e nos materiais, equipamentos ou infraestruturas de demarcação, sinalização, segurança, proteção ambiental, comunicação e outros que nela estejam ou venham a ser incorporados, devendo esta comunicação ocorrer no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contado da sua verificação.
2. O **MM** envia cópia da participação à **IP** no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da apresentação da respetiva participação.

Cláusula 34.^a

Dever de colaboração

1. O **MM** e a **IP** obrigam-se reciprocamente a colaborar, no âmbito do presente acordo, em especial no que se refere ao seguinte:
 - a) Cumprimento de obrigações legais;
 - b) Formalização de situações constituídas;
 - c) Prestação de informação;
 - d) Fornecimento de documentos;
 - e) Defesa dos interesses das partes perante terceiros.
2. O dever de colaboração mantém-se para além do prazo de vigência do acordo.

Cláusula 35.^a

Responsabilidade civil

O **MM** assume perante a **IP** e perante terceiros a responsabilidade por quaisquer danos emergentes de atos de gestão pública ou de gestão privada, direta ou indiretamente relacionados com a execução do presente acordo, bem como da atuação dos seus órgãos, funcionários, agentes, representantes, empreiteiros, e outros prestadores de serviços, ainda que com mera negligência.

Cláusula 36.^a

Vigência

O presente acordo vigora desde a data da sua assinatura, até à receção provisória da totalidade da obra, ou até cessarem as obrigações de comparticipação financeira por parte da **IP**.

Cláusula 37.^a

Contagem dos prazos

Para efeitos de contagem dos prazos estabelecidos no presente acordo, são aplicáveis as seguintes regras:

- a) Não se inclui na contagem do prazo, o dia em que ocorrer o evento a partir do qual o mesmo começa a correr;
- b) Os prazos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados;



- c) O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 horas do dia que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data, mas se no último mês não existir dia correspondente o prazo finda no último dia desse mês;
- d) O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato que não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.

Cláusula 38.ª

Foro

Os litígios que possam surgir em matéria de aplicação, interpretação ou integração das regras estabelecidas no presente Acordo de Gestão e que não possam ser resolvidos por acordo entre as partes, serão dirimidos com recurso ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, com expressa renúncia a qualquer outro.

Almada, de de 2017

O Vice-Presidente do Conselho de Administração Executivo da Infraestruturas de Portugal, S.A.,

(Carlos Fernandes)

O Presidente da Câmara Municipal de Mortágua,

(José Júlio Henriques Norte)

Anexos

Anexo I – Esboço corográfico que identifica o local onde se vai executar a obra.

Anexo II – Projeto de execução relativo à obra.

Anexo III – Modelo de garantia bancária.

Anexo III-A - Modelo de seguro caução.

Anexo IV – Minuta de Contrato de Cessão da Posição Contratual.

MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA À PRIMEIRA SOLICITAÇÃO

(2 Beneficiários - IP, S.A. e M_ / P_)

Em nome e a pedido de (Adjudicatário), com sede em, pessoa coletiva nº, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de sob o nº, com o capital social de, vem o Banco, com sede em, com capital social de, registado na Conservatória do Registo Comercial de, sob o n.º ... de __/__/__, declarar prestar uma Garantia Bancária autónoma, irrevogável e à primeira solicitação, no valor de Euros (.....euros), correspondente à caução de 5% deEuros (valor de adjudicação), prevista no Acordo celebrado no âmbito do relacionamento entre a administração rodoviária, os municípios e outras entidades públicas, regulado pelo Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional, aprovado pela Lei n.º 34/2015 de 27 de abril, para a adjudicação da Empreitada de “.....”, destinada a garantir o bom e integral cumprimento de todas e quaisquer obrigações emergentes da adjudicação da referida empreitada, aos seguintes Beneficiários:

- a) A favor do M_, com sede, em, até à receção provisória da obra;
- b) A favor da **Infraestruturas de Portugal**, S.A, com sede na Praça da Portagem, em Almada, desde a receção provisória da obra até à sua receção definitiva.

(adequar as alíneas a) e b) de acordo com o tipo de acordo celebrado)

Assim, por força desta Garantia, obriga-se este Banco a pagar à primeira solicitação do Beneficiário, sem interferência da garantida e observando o montante acima estabelecido sem que este tenha que justificar o pedido e sem que o Banco possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato acima identificado ou com o cumprimento das obrigações que a garantia assume com a celebração do contrato, as importâncias que o Beneficiário, lhe solicite, sendo-lhe vedado deixar de o fazer sob qualquer pretexto ou fundamento, bem como a responder, respeitando o mesmo montante, pelas despesas decorrentes da medida



judicial a que aquela entidade porventura se veja obrigada a recorrer para demandar a observância dos seus direitos.

O Banco deve pagar as quantias solicitadas pelo Beneficiário, nos 5 (cinco) dias subsequentes ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente Garantia autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção nos termos do contrato e da legislação aplicável.

Assegura o Banco, outrossim, que o compromisso aqui assumido satisfaz plenamente as exigências e determinações da legislação portuguesa que é a aplicável e em especial a legislação bancária, sendo o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada o competente para dirimir quaisquer questões relativas à presente garantia, com expressa renúncia a qualquer outro.

É pois de Euros (..... Euros) o valor da presente Garantia.

Data

Assinaturas (Reconhecidas na qualidade).

MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO À PRIMEIRA SOLICITAÇÃO
(2 Beneficiários - IP, S.A. e M_ / P_)

A companhia de seguros..., com sede em..... matriculada na Conservatória do Registo Comercial de, com o capital social de, declara prestar ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com (tomador do seguro), garantia à primeira solicitação, no valor deEuros (valor de adjudicação), prevista no Acordo celebrado no âmbito do relacionamento entre a administração rodoviária, os municípios e outras entidades públicas, regulado pelo Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional, aprovado pela Lei n.º 34/2015 de 27 de abril, para a adjudicação da Empreitada de “.....”, destinada a garantir o bom e integral cumprimento de todas e quaisquer obrigações emergentes da adjudicação da referida empreitada, aos seguintes beneficiários:

- a) A favor do M_, com sede, em, até à receção provisória da obra;
- b) A favor da **Infraestruturas de Portugal**, S.A, com sede na Praça da Portagem, em Almada, desde a receção provisória da obra até à sua receção definitiva.

(adequar as alíneas a) e b) de acordo com o tipo de acordo celebrado)

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos 5 (cinco) dias úteis seguintes à primeira solicitação efetuada pelo Beneficiário, sem que este tenha de justificar o pedido e sem que a primeira possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor ao Beneficiário, quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre esta e o tomador do seguro.

Este seguro-caução, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogado ou denunciado, mantendo-se em vigor até à sua extinção nos termos do contrato e da legislação aplicável.



O presente seguro-caução rege-se pela legislação portuguesa, sendo o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada o competente para dirimir quaisquer questões dele emergente, com expressa renúncia a qualquer outro.

Data

Assinaturas (Reconhecidas na qualidade)

1.OBJETO

Iluminação pública a colocar pelo Município

2.LEGISLAÇÃO

Lei n.º 34/2015, de 27 de abril (art. 44.º, n.º2)

3.TIPOLOGIA

GEST 5

ACORDO DE GESTÃO

O Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional, aprovado pela Lei n.º 34/2015, de 27 de abril, estabelece a possibilidade da administração rodoviária celebrar acordos com municípios e outras entidades públicas, que tenham como objeto a iluminação pública.

O Município de Mortágua e a Infraestruturas de Portugal S.A., verificaram que há interesse em dotar a rotunda a construir na EN234, ao km 54+740 – “Rotunda do Barril” (interseção com a EN228 ao km74+933), de iluminação pública.

O Município de Mortágua manifestou o interesse em assumir os encargos relativos à instalação dos equipamentos e, bem assim, ao fornecimento da energia necessária ao seu funcionamento.

Assim,

Nos termos das disposições conjugadas do n.º 2 e do n.º 3 do artigo 44.º do Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional, aprovado pela Lei n.º 34/2015, de 27 de abril, ao abrigo do qual foi obtido parecer prévio favorável do Instituto da Mobilidade e dos Transportes em__ de _____ de 201_, conforme despacho do _____,

Acrescendo ainda as disposições do artigo 2.º, do artigo 23.º, n.º 2, alínea c), do artigo 33.º, n.º1, alínea ee) e do artigo 35.º, n.º 1, alínea b) e n.º 2, alínea f) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

E, bem assim, dos artigos 1.º, n.º 3 e 13.º, n.º 1, alínea b) do Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio e dos artigos 7.º, n.º 1, alínea b), 12.º e 13.º dos Estatutos da Infraestruturas de Portugal, S.A., anexos ao diploma legal referido por último;

Tendo a minuta do presente acordo sido aprovada pelo Conselho de Administração da Infraestruturas de Portugal, em reunião de _____ e pela Câmara Municipal de Mortágua, em sessão de _____,

É celebrado entre:



A **Infraestruturas de Portugal, S.A.**, com sede na Praça da Portagem, 2809-013 Almada, pessoa coletiva n.º 503 933 813, representada neste ato pelo _____ do Conselho de Administração Executivo, _____, nos termos da deliberação do Conselho de Administração Executivo de ____ de _____ de 201_, daqui em diante designada por **IP**

e

O **Município de Mortágua**, com na Rua Dr. João Lopes de Matos 3450-153 Mortágua, pessoa coletiva n.º 506 855 368, representado neste ato pelo Presidente da Câmara Municipal _____, nos termos da deliberação da Câmara Municipal de _____ de ____ de _____ de 201_, doravante designado por **M**__.

O acordo de gestão que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente acordo tem por objeto a instalação, conservação e manutenção das infraestruturas e dos equipamentos de iluminação pública (*especificar tipo?*) na rotunda a construir localizada na EN234, ao km 54+740 – “Rotunda do Barril” (interseção com a EN228 ao km 74+933), cujas coordenadas, no sistema ETRS89, são -6905, 81232, de acordo com o desenho, que constitui o anexo I ao presente acordo, que dele faz parte integrante.

Cláusula 2.ª

Projeto

O **MM** elaborou por sua conta e risco o projeto (de execução) de iluminação pública a instalar no local referido na Cláusula 1.ª, que constitui o anexo II ao presente acordo, que dele faz parte integrante.

Cláusula 3.ª

Aprovação do Projeto

1. O projeto de execução é objeto de aprovação prévia pela **IP**.



2. A **IP** emite um parecer obrigatório e vinculativo, relativo ao projeto referido no n.º 1, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da assinatura do presente acordo, não obstante, a sua não emissão, não determinará a aprovação tácita do mesmo.

Cláusula 4.ª

Intervenção necessária de terceiras entidades

1. É da responsabilidade do **MM** submeter o projeto de iluminação pública a parecer, aprovação, autorização, licenciamento, comunicação prévia, registo, etc., das entidades legalmente competentes, nomeadamente, da EDP.
2. O **MM**, dá conhecimento à **IP** da data em que requereu perante terceiros a prática de qualquer ato ou formalidade legalmente exigível, nomeadamente, os referidos no número anterior.
3. O **MM** envia à **IP** cópia dos documentos emitidos por terceiros, a que se referem os n.ºs 1 e 2, no prazo de 10 (dez) dias contados da sua notificação ao **MM**.

Cláusula 5.ª

Aprovação pela IP das alterações ao projeto

1. Qualquer alteração ao projeto referido na Cláusula 2.ª que se mostre necessária em consequência da intervenção de terceiras entidades, nos termos legalmente estabelecidos, é sempre submetido a aprovação da **IP**, previamente à sua apresentação a terceiras entidades.
2. A **IP** emite parecer obrigatório e vinculativo sobre qualquer alteração ao projeto de iluminação pública elaborado pelo **MM**, no prazo de 30 (trinta) dias contado da data da sua entrada na **IP**.

Cláusula 6.ª

Aquisição dos equipamentos e materiais

O **MM** responsabiliza-se pela aquisição de todos os equipamentos e materiais previstos no projeto de iluminação mencionado na Cláusula 2.ª.

Cláusula 7.ª

Autorização



O **MM** requer autorização à **IP**, relativa ao início e à duração da execução dos trabalhos de instalação da infraestrutura e dos equipamentos de iluminação pública, previstos no projeto mencionado na Cláusula 2.^a.

Cláusula 8.^a

Dono de Obra

O **MM** assume-se como dono de obra relativamente à instalação da infraestrutura e dos equipamentos de iluminação pública, previsto no projeto mencionado na Cláusula 2.^a.

Cláusula 9.^a

Dever de Comunicação

1. O **MM** informa a **IP** da entidade que executa os trabalhos relativos à instalação das infraestruturas e dos equipamentos de iluminação pública.
2. A informação é acompanhada da documentação seguinte:
 - a) Cópia da certificação EDP;
 - b) Termo de responsabilidade pela sua execução;
 - c) Relação dos principais equipamentos elétricos a aplicar em obra;
 - d) Indicação do respetivo interlocutor de modo a permitir o acompanhamento dos mesmos pela **IP**.

Cláusula 10.^a

Início dos Trabalhos

1. Cabe à **IP** autorizar previamente o início e a duração dos trabalhos de instalação da infraestrutura e dos equipamentos de iluminação pública.
2. A **IP** dispõe do prazo de 20 (vinte) dias, contados da receção do pedido de autorização a que se refere o n.º 1, para se pronunciar.



Cláusula 11.^a**Vistoria**

1. Com a conclusão dos trabalhos relativos à instalação da infraestrutura e dos equipamentos de iluminação pública, o **MM** solicita à EDP a realização da respetiva vistoria.
2. O **MM** notifica a **IP** do dia, hora e local de realização da citada vistoria.
3. Deste ato será lavrado o respetivo Auto.

Cláusula 12.^a**Transferência**

1. Após a conclusão dos trabalhos de instalação da infraestrutura e dos equipamentos de iluminação pública referidos na cláusula 2.^a e respetiva vistoria, essa infraestrutura e equipamentos são integrados no domínio público rodoviário nacional.
2. O **MM** entrega à **IP** e à EDP as telas finais da obra, bem como a demais documentação estipulada pela EDP.
3. O **MM** obriga-se a entregar à **IP** a documentação e a fornecer todas as informações necessárias ao cumprimento dos deveres que sobre ela recaem relativamente ao fornecimento ao IMT, até 31 de março de cada ano, de todos os elementos necessários à atualização do cadastro do património rodoviário, a que se referem os preceitos dos artigos 27.º n.º 2 e 29.º do Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional.

Cláusula 13.^a**Bens que integram o domínio público**

O **MM** não tem direito a qualquer quantia, a que título seja, em qualquer fase de execução do acordo ou depois dele terminar, por qualquer material, equipamento, infraestrutura, direito e/ou bem, suas aquisição, montagem, incorporação no solo, estudos, projetos ou obras relacionadas direta ou indiretamente, conservação ou manutenção, alteração ou melhoria, etc. que incorpore na estrada e que integre ou deva integrar o domínio público rodoviário do Estado.



Cláusula 14.^a

Consumos

O **MM** contrata, em seu nome e sob sua responsabilidade, o fornecimento de energia elétrica e suporta integralmente os encargos decorrentes dos consumos inerentes ao funcionamento das infraestruturas e dos equipamentos de iluminação pública, previstos no projeto mencionado na cláusula 2.^a.

Cláusula 15.^a

Conservação e Manutenção

A **IP** responsabiliza-se pelos encargos e pelo cumprimento das suas obrigações no domínio da conservação e manutenção das infraestruturas e dos equipamentos de iluminação pública.

Cláusula 16.^a

Serviços Afetados

É obrigação do **MM** garantir a manutenção em funcionamento de todos os serviços afetados, públicos ou privados, durante a realização da obra de instalação da infraestrutura e dos equipamentos de iluminação pública, nos termos previstos nos acordos efetuados entre o **MM** e as respetivas entidades.

Cláusula 17.^a

Danos na infraestrutura e nos equipamentos de iluminação pública

1. O **MM** participa às autoridades policiais todos os danos que detetar na infraestrutura e nos equipamentos de iluminação pública, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contado da sua verificação.
2. O **MM** envia cópia da participação à **IP** no prazo máximo de 10 (dez) dias contado da elaboração da respetiva participação.

Cláusula 18.^a

Acompanhamento

1. A **IP** acompanha a execução do presente acordo nos termos e para os efeitos do artigo 44.º, n.º 4 do Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional.

2. A **IP** notifica o **MM** por meio de carta registada com aviso de receção sempre que detete o incumprimento de alguma obrigação deste que possa colocar em causa a segurança rodoviária ou a gestão do bem do domínio público rodoviário objeto deste acordo.

Cláusula 19.^a

Incumprimento

1. O incumprimento das obrigações de qualquer das partes confere, à parte não faltosa, o direito de exigir o cumprimento ou reparação dos danos sofridos em prazo razoável e adequado às circunstâncias, nunca superior a 6 (seis) meses.
2. No caso de a entidade faltosa não cumprir as suas obrigações ou reparar os danos nos termos do número anterior, a entidade não faltosa pode rescindir o presente acordo.
3. A rescisão não prejudica o ressarcimento da **IP**, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contado da interpelação, por todos os custos em que incorrer, nomeadamente os associados à eventual adaptação ou substituição da infraestrutura e dos equipamentos, alteração da titularidade dos contratos de fornecimento e consumo de energia elétrica.
4. As notificações a efetuar no âmbito da presente cláusula são comunicadas por carta registada com aviso de receção, para os endereços postais indicados no presente acordo.

Cláusula 20.^a

Vigência

O presente acordo vigora desde a data da sua assinatura.

Cláusula 21.^a

Duração

O presente acordo tem a duração de 10 (dez) anos, automaticamente renovável por iguais períodos, salvo se for denunciado por qualquer das partes, com a antecedência mínima de 18 (dezoito) meses em relação ao seu termo, não cabendo às partes o direito a qualquer indemnização.



Cláusula 22.^a

Correspondência

A correspondência a dirigir entre as partes, no âmbito da execução do presente acordo, são efetuadas por carta registada com aviso de receção para os respetivos endereços:

- a. A correspondência que o **MM** remeter à **IP** deverá ser efetuada para:
Infraestruturas de Portugal, S.A.
Gestão Regional de Viseu e Coimbra
Endereço postal: Av. Tenente Coronel Silva Simões,
Quinta da Cascata, n.º 135 RC Drt.º, 3515-150 Abraveses, Viseu
- b. A correspondência que a **IP** ou seus representantes dirigirem ao **MM** deverá ser efetuada para:
Câmara Municipal de Mortágua
Endereço postal: R. Dr. João Lopes de Moraes, 3450-153 Mortágua.

Cláusula 23.^a

Dever de colaboração

1. O **MM** e a **IP** obrigam-se reciprocamente a colaborar, a fazer, a decidir e a diligenciar junto de terceiros tudo o que se mostre necessário, útil e/ou adequado à execução do presente acordo com eficiência, economicidade e celeridade, em especial o seguinte:
 - a) Cumprimento de obrigações legais;
 - b) Responsabilização do empreiteiro durante o prazo de garantia;
 - c) Formalização de situações constituídas;
 - d) Prestação de informação;
 - e) Fornecimento de documentos;
 - f) Defesa dos interesses das partes perante terceiros.
2. O dever de colaboração mantém-se para além do prazo de vigência do acordo.



Cláusula 24.^a

Responsabilidade civil

O **MM** assume perante a **IP** e perante terceiros a responsabilidade por quaisquer danos emergentes de atos de gestão pública ou de gestão privada, direta ou indiretamente relacionados com o funcionamento, o funcionamento defeituoso e/ou o não funcionamento da infraestrutura e dos equipamentos de iluminação pública, bem como da atuação dos seus órgãos, funcionários, agentes, representantes, empreiteiros, e outros prestadores de serviços, ainda que com mera negligência.

Cláusula 25.^a

Contagem dos prazos

Para efeitos de contagem dos prazos estabelecidos no presente acordo, são aplicáveis as seguintes regras:

- a. Não se inclui na contagem do prazo, o dia em que ocorrer o evento a partir do qual o mesmo começa a correr;
- b. Os prazos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados;
- c. O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 horas do dia que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data, mas se no último mês não existir dia correspondente o prazo finda no último dia desse mês;
- d. O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato que não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.

Cláusula 26.^a

Foro

Os litígios que possam surgir em matéria de aplicação, interpretação ou integração das regras estabelecidas no presente acordo e que não possam ser resolvidos por acordo, serão dirimidos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, com expressa renúncia a qualquer outro.



Almada, de de 201_

O _____ do Conselho de Administração Executivo da Infraestruturas de
Portugal, S.A.

(_____)

O Presidente da Câmara Municipal de _____

(_____)

Verificar se estão juntos os dois anexos

Anexo I – Telas finais/ desenho que identificam o local onde se vão implantar as infraestruturas e os equipamentos de iluminação.

Anexo II – Projeto de execução relativo à iluminação pública.



1.OBJETO

Integração Paisagística a cargo do Município

2.LEGISLAÇÃO

Lei n.º 34/2015, de 27 de abril (art. 44.º, n.º2)

3.TIPOLOGIA

GEST 4

ACORDO DE GESTÃO

O Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional, aprovado pela Lei n.º 34/2015, de 27 de abril, estabelece a possibilidade da administração rodoviária se relacionar com municípios e outras entidades públicas, no que respeita à integração paisagística. Acresce que, o legislador estabelece no artigo 5.º do Estatuto a necessidade de se observarem os princípios de sustentabilidade ambiental, de que o artigo 14.º constitui uma concretização no que se refere à vegetação existente na zona da estrada. Neste último preceito estabelece-se um conjunto de regras relativas aos estratos admissíveis, aos critérios que devem ser respeitados na elaboração de projetos e, bem assim, na condução de ações e intervenções nas estradas. Neste âmbito, importa atender a que a lei restringe as podas e o abate de árvores plantadas em domínio público rodoviário ao que se mostre indispensável, sempre sujeito a autorização da administração rodoviária.

O Município Mortágua manifestou, perante a Infraestruturas de Portugal S.A., o interesse em proceder à integração paisagística na rotunda a construir na EN234, ao km 54+740 – “Rotunda do Barril” (interseção com a EN228 ao km74+933);

Assim,

Nos termos das disposições conjugadas do n.º 2 e do n.º 3 do artigo 44.º do Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional, aprovado pela Lei n.º 34/2015, de 27 de abril, ao abrigo do qual foi obtido parecer prévio favorável do Instituto da Mobilidade e dos Transportes em__ de _____ de 201_, conforme despacho do _____;

Acrescendo ainda as disposições do artigo 2.º, do artigo 23.º, n.º 2, alínea c), do artigo 33.º, n.º 1, alínea ee) e do artigo 35.º, n.º 1, alínea b) e n.º 2, alínea f) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

E, bem assim, dos artigos 1.º, n.º 3 e 13.º, n.º 1, alínea b) do Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio e dos artigos 7.º, n.º 1, alínea b), 12.º e 13.º dos Estatutos da Infraestruturas de Portugal, S.A., anexos ao diploma legal referido por último;



Tendo a minuta do presente acordo sido aprovada pelo Conselho de Administração da Infraestruturas de Portugal, em reunião de _____ e pela Câmara Municipal de Mortágua, em sessão de _____.

É celebrado entre:

A **Infraestruturas de Portugal, S.A.**, com sede na Praça da Portagem, 2809-013 Almada, pessoa coletiva n.º 503 933 813, representada neste ato pelo _____ do Conselho de Administração Executivo, _____, nos termos da deliberação do Conselho de Administração Executivo de ____ de _____ de 201_, daqui em diante designada por **IP**

e

O **Município de Mortágua**, com sede na Rua Dr. João Lopes de Matos 3450-153 Mortágua, pessoa coletiva n.º 506 855 368, representado neste ato pelo Presidente da Câmara Municipal _____, nos termos da deliberação da Câmara Municipal de _____ de ____ de _____ de 201_, doravante designado por **MM**.

O acordo de gestão que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objeto

1. O presente acordo tem por objeto a integração paisagística, do espaço correspondente à ilha central da rotunda a construir localizada na na EN234, ao km 54+740 – “Rotunda do Barril” (interseção com a EN228 ao km 74+933), cujas coordenadas, no sistema ETRS89, são -6905, 81232, conforme esboço corográfico, de acordo com o anexo I ao presente acordo que dele faz parte integrante.
2. Para efeitos do presente acordo, a integração paisagística inclui a conceção, o projeto, a construção, o financiamento, a conservação e manutenção, a exploração e a requalificação a realizar na área/espço descrito no número anterior.

Cláusula 2.ª

Projeto

O **MM** elaborou, por sua conta e risco, o projeto (de execução) relativo aos trabalhos de integração paisagística, que constitui o anexo II ao presente acordo, que dele faz parte integrante.

Cláusula 3.^a

Aprovação do Projeto

1. O projeto de execução é objeto de aprovação prévia pela **IP**.
2. A **IP** emite um parecer obrigatório e vinculativo, relativo ao projeto referido no n.º 1, no prazo de 30 (trinta) dias contado da data da assinatura do presente acordo, não obstante, a sua não emissão, não determinará a aprovação tácita do mesmo.

Cláusula 4.^a

Aquisição dos bens e direitos

O **MM** responsabiliza-se pela aquisição de todos os direitos, serviços, materiais, espécies vegetais, infraestruturas, máquinas, equipamentos, mobiliário urbano, elementos de apoio, elementos decorativos, terras, adubos, fertilizantes, produtos químicos e demais bens previstos no projeto de integração paisagística mencionado na cláusula 2.^a, ou com ele relacionado.

Nota:

Indicar outros bens se relevantes no projeto em causa, por ex.º uma estátua que deve objeto de descrição e fotografia em anexo ao acordo.

Cláusula 5.^a

Dono de Obra

O **MM** assume-se como dono de obra relativamente à execução, construção, conservação, manutenção e requalificação dos trabalhos de integração paisagística, a realizar na área identificada na cláusula 1.^a previstos no projeto mencionado na Cláusula 2.^a.

Cláusula 6.^a

Descrição dos Trabalhos



1. O **MM** responsabiliza-se pelo tratamento paisagístico do espaço referido na Cláusula 1.^a, realizando todos os trabalhos necessários à sua execução, construção, bem como à boa conservação e manutenção, nomeadamente regas, mondas, podas, retanchas e ressementeiras na zona ajardinada ou arborizada, bem como distribuição de fertilizantes, pesticidas e tratamentos fitossanitários.
2. O **MM** assume a responsabilidade pela realização e o custo de qualquer trabalho que se torne necessário por força da lei ou de doença ou epidemia que afete as espécies vegetais existentes na área/no espaço identificado na cláusula 1.^a.
3. O **MM** assume igualmente o compromisso de limpeza do espaço mencionado na Cláusula 1.^a, procedendo à recolha do lixo, pelo menos uma vez por semana.
4. O **MM** fica responsável pela manutenção do mobiliário urbano e outros equipamentos de apoio existentes no local (*sempre expressamente identificados*).
5. O **MM** responsabiliza-se, também, pela manutenção e conservação dos órgãos de drenagem aí existentes.

Cláusula 7.^a

Autorização

1. O **MM** requer autorização à **IP**, relativa ao início dos trabalhos de integração paisagística e à duração da respetiva execução, previstos no projeto mencionado na Cláusula 2.^a, bem como aos trabalhos de conservação e manutenção futura, que não se mostrem isentados pelo n.º 5.
2. A autorização é requerida com a antecedência mínima de 22 (vinte e dois) dias úteis relativamente à data em que o **MM** pretende dar início aos trabalhos.
3. A **IP** dispõe do prazo de 10 (dez) dias, contado da receção do pedido de autorização a que se refere o n.º 1, para se pronunciar.
4. O **MM** obriga-se a comunicar à **IP** as intervenções urgentes em prazo nunca superior a 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir do momento do conhecimento da necessidade de intervenção pelo **MM**.
5. Estão isentos de autorização os trabalhos de conservação e manutenção corrente que não interfiram, ainda que indiretamente, com o fluidez do tráfego, a segurança rodoviária, nem com a gestão dos bens do domínio público rodoviário.
6. A poda e o abate de árvores plantadas em domínio público rodoviário está sujeita a autorização nos termos do artigo 14.º do Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional.

Cláusula 8.^a

Vistoria

1. Com a conclusão dos trabalhos de execução da integração paisagística, o **MM** notifica a **IP** do dia, hora e local de realização da vistoria para efeitos de verificação pela **IP** da conformidade dos trabalhos com o projeto referido na cláusula 2.^a.
2. Deste ato será lavrado o respetivo Auto.

Cláusula 9.^a

Transferência

1. Após a conclusão dos trabalhos de construção, de acordo com o projeto de integração paisagística a que se refere a cláusula 2.^a e respetiva vistoria, todos os materiais, equipamentos, demais bens e direitos, existentes no espaço intervencionado, como vem referido na cláusula 4.^a, são integrados no domínio público rodoviário nacional.
2. O **MM** obriga-se a entregar à **IP** a documentação e a fornecer todas as informações necessárias ao cumprimento dos deveres que sobre ela recaem relativamente ao fornecimento ao IMT, até 31 de março de cada ano, de todos os elementos necessários à atualização do cadastro do património rodoviário, a que se referem os preceitos dos artigos 27.º n.º 2 e 29.º do Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional.

Cláusula 10.^a

Bens que integram o domínio público

O **MM** não tem direito a qualquer quantia, a que título seja, em qualquer fase de execução do acordo ou depois dele terminar, por qualquer material, equipamento, infraestrutura, direito e/ou bem, suas aquisição, montagem, incorporação no solo, estudos, projetos ou obras relacionadas direta ou indiretamente, conservação ou manutenção, alteração ou melhoria, etc. que incorpore na estrada e que integre ou deva integrar o domínio público rodoviário do Estado.



Cláusula 11.^a

Licenciamento rodoviário

A responsabilidade em matéria de licenciamento ao abrigo do Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional e demais legislação rodoviária, na área abrangida pela integração paisagística, continua a caber à **IP**.

Cláusula 12.^a

Licenciamento perante terceiras entidades

As atividades desenvolvidas pelo **MM**, por administração direta ou com recurso à prestação de serviços ou a qualquer forma de colaboração de terceiras entidades que necessitem ser acompanhadas da prática de atos de comunicação, declaração, autorização, licença, ou qualquer outro, bem como o pagamento das correspondentes taxas, emolumentos, preços ou qualquer quantia a que título seja, constituem obrigação e encargo do **MM**.

Cláusula 13.^a

Serviços Afetados

1. É obrigação do **MM** garantir a manutenção em funcionamento de todos os serviços afetados, públicos ou privados, durante a realização da obra de integração paisagística, nos termos previstos nos acordos efetuados entre o **MM** e as respetivas entidades.
2. A obrigação do **MM** prevista no número anterior aplica-se aos trabalhos de conservação e manutenção.

Cláusula 14.^a

Danos

1. O **MM** participa às autoridades policiais todos os danos que detetar no espaço que foi objeto de integração paisagística, no prazo máximo de 48 horas contado da sua verificação.
2. O **MM** envia cópia da participação à **IP** no prazo máximo de 10 dias contado da elaboração da participação.

Cláusula 15.^a**Acompanhamento**

1. A **IP** acompanha a execução do presente acordo nos termos e para os efeitos do artigo 44.º, n.º 4 do Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional.
2. A **IP** notifica o **MM** por meio de carta registada com aviso de receção sempre que detete o incumprimento de alguma obrigação deste que possa colocar em causa a segurança rodoviária ou a gestão do bem do domínio público rodoviário objeto deste acordo.

Cláusula 16.^a**Incumprimento**

1. O incumprimento das obrigações de qualquer das partes confere, à parte não faltosa, o direito de exigir o cumprimento ou reparação dos danos sofridos em prazo razoável e adequado às circunstâncias, nunca superior a seis meses.
2. No caso de a entidade faltosa não cumprir as suas obrigações ou reparar os danos nos termos do número anterior, a entidade não faltosa pode rescindir o presente acordo.
3. A rescisão não prejudica o ressarcimento da **IP**, no prazo máximo de noventa dias, contado da interpelação, por todos os custos em que incorrer, nomeadamente os associados à eventual remoção, adaptação ou substituição de qualquer equipamento, escultura, árvore, arbusto, instalados nas áreas mencionadas na Cláusula 1.^a
4. As notificações a efetuar no âmbito da presente cláusula são comunicadas por carta registada com aviso de receção, para os endereços postais indicados no presente acordo.

Cláusula 17.^a**Vigência**

O presente acordo vigora desde a data da sua assinatura.

Cláusula 18.^a**Duração**

O presente acordo tem a duração de 10 (dez) anos, automaticamente renovável por iguais períodos, salvo se for denunciado por qualquer das partes, com a antecedência mínima de 18 (dezoito) meses em relação ao seu termo, não cabendo às partes o direito a qualquer indemnização.

Cláusula 19.^a

Correspondência

A correspondência a dirigir entre as partes, no âmbito da execução do presente acordo, são efetuadas por carta registada com aviso de receção para os respetivos endereços:

- a. A correspondência que o **MM** remeter à **IP** deverá ser efetuada para:
Infraestruturas de Portugal, S.A.
Gestão Regional de Viseu e Coimbra
Endereço postal: Av. Tenente Coronel Silva Simões,
Quinta da Cascata, n.º 135 RC Drt.º, 3515-150 Abraveses, Viseu
- b. A correspondência que a **IP** ou seus representantes dirigirem ao **MM** deverá ser efetuada para:
Câmara Municipal de Mortágua
Endereço postal: R. Dr. João Lopes de Morais, 3450-153 Mortágua.

Cláusula 20.^a

Dever de colaboração

1. O **MM** e a **IP** obrigam-se reciprocamente a colaborar, a fazer, a decidir e a diligenciar junto de terceiros tudo o que se mostre necessário, útil e/ou adequado à execução do presente acordo com eficiência, economicidade e celeridade, em especial o seguinte:
 - a) Cumprimento de obrigações legais;
 - b) Formalização de situações constituídas;
 - c) Prestação de informação;
 - d) Fornecimento de documentos;
 - e) Defesa dos interesses das partes perante terceiros.
2. O dever de colaboração mantém-se para além do prazo de vigência do acordo.

Cláusula 21.^a**Responsabilidade civil**

O **MM** assume perante a **IP** e perante terceiros a responsabilidade por quaisquer danos emergentes de atos de gestão pública ou de gestão privada, direta ou indiretamente relacionados com o funcionamento, o funcionamento defeituoso e/ou o não funcionamento da integração paisagística, bem como da atuação dos seus órgãos, funcionários, agentes, representantes, empreiteiros, e outros prestadores de serviços, ainda que com mera negligência.

Cláusula 22.^a**Contagem dos prazos**

Para efeitos de contagem dos prazos estabelecidos no presente acordo, são aplicáveis as seguintes regras:

- a. Não se inclui na contagem do prazo, o dia em que ocorrer o evento a partir do qual o mesmo começa a correr;
- b. Os prazos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados;
- c. O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 horas do dia que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data, mas se no último mês não existir dia correspondente o prazo finda no último dia desse mês;
- d. O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato que não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.

Cláusula 23.^a**Foro**

Os litígios que possam surgir em matéria de aplicação, interpretação ou integração das regras estabelecidas no presente acordo e que não possam ser resolvidos por acordo, serão dirimidos com recurso ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, com expressa renúncia a qualquer outro.



Almada, de de 201_

O _____ do Conselho de Administração Executivo da Infraestruturas de
Portugal, S.A.

(_____)

O Presidente da Câmara Municipal de _____

(_____)

Verificar se estão juntos os dois anexos

Anexo I – Telas finais/ esboço corográfico que identificam o local onde se vai executar a
integração paisagística.

Anexo II – Projeto de execução relativo à integração paisagística.

CONTRATO DE CESSÃO DE POSIÇÃO CONTRATUAL

Entre:

MUNICÍPIO DE____, com sede _____ pessoa coletiva n.º _____, representado neste ato pelo _____da Câmara Municipal, nos termos da deliberação da Câmara Municipal de _____, datada de ____ de ____ de _____, doravante designado por **M_** ou **CEDENTE**.

e

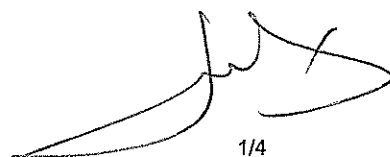
INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A., com sede na Praça da Portagem, 2809-013 Almada, pessoa coletiva n.º 503 933 813, representada neste ato pelo _____ do Conselho de Administração Executivo, _____, nos termos da deliberação do Conselho de Administração Executivo de ____ de _____de _____, adiante designada por **IP** ou **CESSIONÁRIA**;

e

_____ (**EMPREITEIRO**), com sede _____ pessoa coletiva n.º _____, representado neste ato por _____, na qualidade de _____ com poderes para o acto que provou mediante a apresentação de certidão comercial / procuração, doravante designado por _____ ou **EMPREITEIRO**.

CONSIDERANDO QUE:

- A. O **M_** e o _____ (**EMPREITEIRO**), celebraram em ____/____/____ o contrato de Empreitada, assumindo o primeiro a qualidade de dono de obra pública no contrato “xxxx – Contrato n.º xxxx”.
- B. O **M_** e a **IP**, celebraram em ____/____/____, Acordo de Gestão para, em domínio público rodoviário, proceder à execução dos trabalhos de _____ (rotunda/alargamento do perfil transversal/reformulação da interseção existente/outras) na EN__ ao km ____ (cujas coordenadas, no sistema ETRS89, são x e y)



- C. O **M_** procedeu à outorga do Auto de Vistoria para efeitos de Receção Provisória da referida obra, por se encontrarem concluídos a totalidade dos trabalhos integrantes da mesma.
- D. As partes acordaram que, findo os trabalhos da empreitada mencionada em **A.**, e após a Receção Provisória da respetiva obra, a **IP** assumiria a posição jurídica de dono-de-obra, até então detida pelo **M_**, mediante Contrato de Cessão da Posição Contratual.
- E. Mais acordaram as partes que, por força da referida Cessão, o **M_** entregará à **IP**, toda a documentação relevante, relativa à empreitada, designadamente, o Programa de Concurso e respetivo Caderno de Encargos; o contrato de empreitada e respetivos anexos e aditamentos, assim como, os bens ou o título constitutivo da garantia.
- F. O **M_** e a **IP** manifestaram o interesse recíproco na cessão da posição contratual da primeira em favor da segunda, pelo que o **M_** tomará para si, os direitos e obrigações decorrentes da empreitada, objeto do contrato referido no Considerando **A.**
- G. Na sessão da Assembleia Municipal de __/__/__, e na sequência da assinatura do Acordo de Gestão, relativo empreitada acima identificada, a qual decorreu sob a responsabilidade do **M_**, foi autorizada a celebração do presente Contrato de Cessão de Posição Contratual.
- H. Em reunião de __/__/__, do Conselho de Administração Executivo da **INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A.**, foi autorizada a assunção de responsabilidades pela **IP**, inerentes à presente Cessão de Posição Contratual.
- I. O **M_** e a **IP**, reciprocamente, declaram conhecer o contrato de empreitada objecto da presente cessão e respetivos anexos.
- J. No âmbito do referido contrato, o Empreiteiro executou e faturou ao **M_** até à presente data, a totalidade dos trabalhos integrantes do mesmo, tendo sido efetuada a Receção Provisória da obra em __/__/__, estando por isso a decorrer, exclusivamente, as obrigações decorrentes da respetiva garantia de obra.
- K. O **M_** pagou integralmente ao Empreiteiro todas as quantias que lhe eram devidas, nos termos do contrato de empreitada identificado em **A.**, pelo que o Empreiteiro nada exigirá à **IP**.

NESTES TERMOS,

É celebrado o presente Contrato de Cessão de Posição Contratual, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Pelo presente contrato e de harmonia com o preceituado, designadamente, no artigo 324º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redação atual, o **M_** cede à **IP**, a parte da sua posição contratual no contrato de empreitada identificado no Considerando A., a partir do dia __/__/__, data em que ocorreu a Receção Provisória da referida empreitada.

CLÁUSULA SEGUNDA

1. O **M_** declara nada dever ao Empreiteiro, por força do contrato de empreitada.
2. O ____ (EMPREITEIRO) declara estar integralmente pago, por força dos direitos de que é titular nos termos do contrato de empreitada, nada mais tendo a receber, a que título seja.

CLÁUSULA TERCEIRA

As partes reconhecem expressamente que, pelo presente contrato, a **IP** assume para si os direitos e obrigações decorrentes do contrato de empreitada em curso.

CLÁUSULA QUARTA

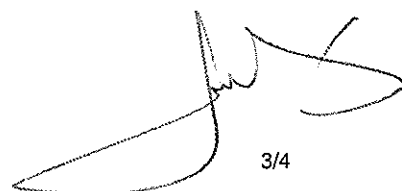
Por força do referido contrato de empreitada, e tendo o Empreiteiro conhecimento da cessão da posição contratual que agora se opera, prestou o mesmo, caução a favor da **IP**, de acordo com o previsto no ponto ____ do Caderno de Encargos que rege a referida Empreitada, no valor de ____€ (____ euros e ____ cêntimos).

CLÁUSULA QUINTA

Todo e qualquer facto gerador de responsabilidade civil, contra-ordenacional, criminal, contratual ou extra contratual imputável ao Empreiteiro, decorrente de quaisquer atos praticados após o dia __/__/__, deverá ser denunciado pela **IP**, devendo esta fazer valer o seu direito, em juízo, ou por outro qualquer meio que considere pertinente para o efeito.

CLÁUSULA SEXTA

Pelo presente contrato, declara ainda o ____ (EMPREITEIRO) que conhece os termos em que se procede à presente cessão, não se opondo aos seus respetivos termos e efeitos.



3/4

CLÁUSULA SÉTIMA

As divergências de interpretação do presente contrato serão submetidas ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, com expressa renúncia a qualquer outro.

Feito em 3 (três) vias, de igual valor e teor, uma para cada uma das partes e a outra para o Empreiteiro.

Almada, ____ de ____ de ____

Pela CEDENTE,

O Presidente da Câmara Municipal de _____

(_____)

Pela CESSIONÁRIA,

O Presidente da Câmara Municipal de _____

O _____ do Conselho de Administração Executivo da Infraestruturas de Portugal,
S.A.

(_____)

Pelo EMPREITEIRO,

(_____)